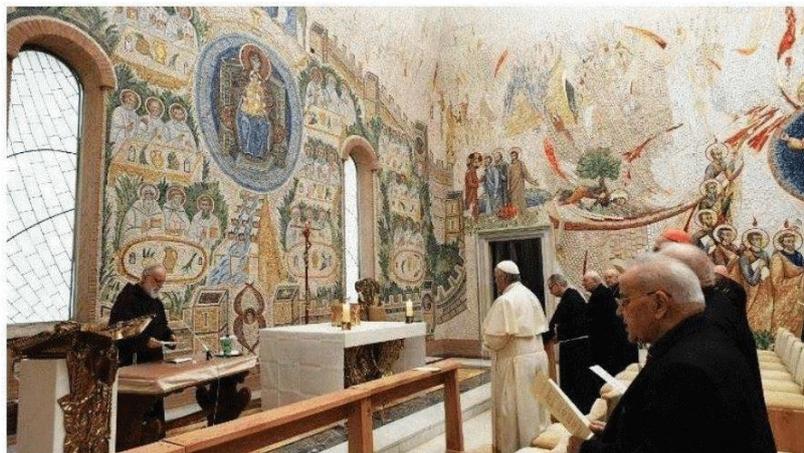


# **PREGAÇÕES DE QUARESMA**

**Pelo pregador da Casa Pontifícia, cardeal**

**Raniero Cantalamessa, OFMCap**



## **2019**

## **PRIMEIRA PREGAÇÃO**

“BEM-AVENTURADOS OS PUROS DE CORAÇÃO,

POIS VERÃO A DEUS.”

Continuando a reflexão iniciada no Advento sobre o versículo do salmo: “A minha alma tem sede do Deus vivo” (Sl 42, 2), nesta primeira pregação quaresmal gostaria de meditar convosco sobre a condição essencial para “ver” a Deus. Segundo Jesus, é a pureza de coração: “Bem-aventurados os puros de coração, porque verão a Deus” (Mt 5, 8), diz ele em uma de suas bem-aventuranças.

Sabemos que puro e pureza têm na Bíblia, assim como na linguagem comum, uma grande variedade de significados. O Evangelho insiste em duas áreas em particular: a retidão de intenções e a pureza dos costumes. A pureza das intenções é contraposta pela hipocrisia, a pureza dos costumes pelo abuso da sexualidade.

Na esfera moral, a palavra “pureza” comumente se refere a um certo comportamento na esfera da sexualidade, marcado pelo respeito à vontade do Criador e à finalidade intrínseca da própria sexualidade. Não podemos entrar em contato com Deus, que é espírito, a não ser através do nosso espírito. Mas a desordem ou, pior ainda, as aberrações neste campo têm o efeito constatado por todos de obscurecer a mente. É como balançar os pés em um charco: a lama, do fundo, se eleva e enlameia toda a água. Deus é luz e uma tal pessoa “odeia a luz”.

O pecado impuro não deixa ver o rosto de Deus, ou, se o mostra, mostra-o todo deformado. Faz dele, não o amigo, o aliado e o pai, mas o antagonista, o inimigo. O homem carnal está cheio de concupiscências, deseja as coisas dos outros e a mulher dos outros. Nesta situação, Deus aparece para ele como aquele que bloqueia o caminho para os seus maus desejos por meio das suas ordens “Tu deves!”, “Tu não deves!”. O pecado desperta no coração do homem um ressentimento surdo contra Deus, a ponto de que, se dependesse dele, ele desejaria que Deus não existisse.

Nesta ocasião, porém, mais do que na pureza dos costumes, gostaria de insistir no outro sentido da expressão “puros de coração”, isto é, na pureza ou retidão das intenções, na prática, na

virtude contrária à hipocrisia. O tempo litúrgico em que vivemos também nos orienta neste sentido. Começamos a Quaresma, a quarta-feira de cinzas, ouvindo novamente as admoestações esmagadoras de Jesus:

“Quando derdes esmolas, não toqueis trombeta diante de vós, como os hipócritas... Quando orardes, não sejais como os hipócritas... E quando jejuardes, não vos torneis tão melancólicos como os hipócritas” (Mt 6, 1-18).

É surpreendente o quanto o pecado da hipocrisia – o mais denunciado por Jesus nos evangelhos – pouco entre em nossos exames ordinários de consciência. Não tendo encontrado em nenhum deles a pergunta: “Fui hipócrita?”, tive que colocá-la por minha conta, e raramente passei incólume para a próxima pergunta. O maior ato de hipocrisia seria esconder a própria hipocrisia. Escondê-la de si mesmo e dos outros, porque não é possível de Deus. A hipocrisia é amplamente superada no momento em que é reconhecida. E é isso que nos propomos fazer nesta meditação: reconhecer a parte de hipocrisia, mais ou menos consciente, que está em nossas ações.

O homem – escreveu Pascal – tem duas vidas: uma é a vida verdadeira, a outra é a vida imaginária que vive na opinião, sua ou do povo. Trabalhamos incansavelmente para embelezar e preservar o nosso ser imaginário e negligenciamos o verdadeiro. Se possuímos alguma virtude ou mérito, temos o cuidado de torná-la conhecida, de uma forma ou de outra, para enriquecer nosso ser imaginário com essa virtude ou mérito, dispostos até mesmo a prescindir dela, para acrescentar algo a ele, a ponto de consentir, às vezes, de sermos covardes, com tal de parecermos valentes e a dar também a vida, desde que as pessoas falem sobre isso.

Vamos tentar descobrir a origem e o significado do termo hipocrisia. A palavra vem da linguagem teatral. No início significava simplesmente recitar, representar no palco. Aos antigos não escapava o elemento intrínseco de mentira que existe em cada representação cênica, apesar do elevado valor moral e artístico que lhe é reconhecido. Daí o julgamento negativo que pesava sobre a profissão de ator, reservado, em certos momentos, aos escravos e até mesmo proibido pelos apologistas cristãos. A dor e a alegria representadas e enfatizadas não são verdadeira dor e verdadeira alegria, mas aparência, afetação. A realidade íntima dos sentimentos

não corresponde às palavras e atitudes externas. O que se vê no rosto não é o que está no coração.

Usamos a palavra *ficção* num sentido neutro ou até mesmo positivo (é um gênero literário e de entretenimento muito em voga hoje em dia!); os antigos deram-lhe o sentido que ela realmente tem: o do fingimento. O que havia de negativo no fingimento cênico passou para a palavra hipocrisia. De uma palavra originalmente neutra, tornou-se uma palavra exclusivamente negativa, uma das poucas palavras com todos, e apenas, os significados negativos. Há quem se vanglorie de ser orgulhoso ou libertino, ninguém de ser hipócrita.

A origem do termo nos coloca na trilha para descobrir a natureza da hipocrisia. É fazer da vida um teatro em que se atua para um público; é usar uma máscara, deixar de ser uma pessoa para se tornar um personagem. O personagem nada mais é do que a corrupção da pessoa. A pessoa é um rosto, o personagem é uma máscara. A pessoa é nudez radical, o personagem é todo vestuário. A pessoa ama a autenticidade e a essencialidade, o personagem vive de fingimentos e de artifícios. A pessoa obedece às próprias convicções, o personagem obedece a um guião. A pessoa é humilde e leve, o personagem é pesado e volumoso.

Essa tendência inata do homem é grandemente aumentada pela cultura atual, dominada pela imagem. Cinema, televisão, internet: agora tudo é baseado principalmente na imagem, disse Descartes: “*Cogito ergo sum*“, penso logo sou; mas hoje nós tendemos a substituí-lo por “apareço, portanto, sou”. Um famoso moralista definiu a hipocrisia como “o tributo que o vício presta à virtude”. Ameaça acima de tudo pessoas piedosas e religiosas. Um rabino do tempo de Cristo disse que 90% da hipocrisia do mundo estava em Jerusalém. A razão é simples: quanto mais forte for a estima pelos valores do espírito, da piedade e da virtude, mais forte será também a tentação de cortá-los para não se parecer privado deles.

Um perigo vem também da multidão de ritos que as pessoas piedosas estão acostumadas a realizar e das prescrições que se comprometem a observar. Se não forem acompanhadas por um esforço contínuo de colocar uma alma neles, através do amor a Deus e ao próximo, tornam-se cascas vazias. “Estas coisas – diz São Paulo falando de certos ritos e prescrições exteriores – têm uma aparência de sabedoria, com sua afetada religiosidade e humildade e

austeridade em relação ao corpo, mas na realidade servem apenas para satisfazer a carne” (Cl 2,23). Neste caso, as pessoas guardam, diz o Apóstolo, “a aparência de piedade, enquanto negam a sua força interior” (2 Tm 3, 5).

Quando a hipocrisia se torna crônica, cria, no matrimônio e na vida consagrada, a situação de “vida dupla”: uma pública, evidente, outra oculta; muitas vezes uma diurna, outra noturna. É o estado espiritual mais perigoso para a alma, do qual se torna muito difícil sair, a menos que algo interfira de fora para romper o muro dentro do qual se está trancado. É a etapa que Jesus descreve com a imagem dos sepulcros caiados:

“Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, que pareceis túmulos caiados de branco: por fora estão lindos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e de toda podridão. Assim também vós: por fora pareceis justos diante dos homens, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e de iniquidade” (Mt 23, 27-28).

Se nos perguntarmos por que a hipocrisia é tão abominável diante de Deus”, a resposta é clara. A hipocrisia é mentira. É esconder a verdade. Além disso, na hipocrisia o homem deve rebaixar a Deus, colocá-lo em segundo lugar, colocando as criaturas, o público, em primeiro lugar. É como se, na presença do rei, alguém virasse as costas para ele para se concentrar apenas nos servos. “O homem olha para a aparência, o Senhor olha para o coração” (1 Sam 16,7): cultivar a aparência mais do que o coração, significa automaticamente dar mais importância ao homem do que a Deus.

A hipocrisia é, portanto, essencialmente uma falta de fé, uma forma de idolatria, na medida em que coloca as criaturas no lugar do Criador. Jesus faz derivar dela a incapacidade dos seus inimigos de acreditarem n’Ele: “Como podeis crer, vós que vos gloriáis uns aos outros, e não buscais a glória que vem somente de Deus? (Jo 5, 44). A hipocrisia falta também a caridade para com o próximo, porque tende a reduzir os outros a admiradores. Não lhes reconhece uma própria dignidade, mas os vê apenas em função da sua própria imagem. Números da *audiência* e nada mais.

Uma forma derivada da hipocrisia é a duplicidade ou insinceridade. Com a hipocrisia se procura mentir a Deus; com a duplicidade no pensar e no falar se procura mentir aos homens. Duplicidade é dizer uma coisa e pensar outra; falar bem de uma pessoa em sua presença e falar mal assim que ela vira as costas.

O juízo de Cristo sobre a hipocrisia é como uma espada flamejante: “*Receperunt mercedem suam*”: “receberam a sua recompensa”. Eles assinaram um recibo, não podem esperar outra coisa. Uma recompensa, além disso, ilusória e contraproducente também a nível humano, porque é muito verdadeiro o ditado que diz que “a glória foge de quem a persegue e persegue quem foge dela”.

É evidente que a nossa vitória sobre a hipocrisia nunca será uma vitória à primeira vista. A menos que tenhamos atingido um nível muito elevado de perfeição, não podemos evitar instintivamente sentir o desejo de aparecer em boa luz, de causar boa impressão, de agradar aos outros. A nossa arma é a retidão de intenção. A reta intenção é alcançada através da constante e diária retificação de nossa intenção. A intenção da vontade, não o sentimento natural, é o que faz a diferença aos olhos de Deus.

Se a hipocrisia consiste em mostrar também o bem que não se faz, um remédio eficaz para contrariar esta tendência é esconder também o bem que se faz. Privilegiar aqueles gestos escondidos que não serão desperdiçados por nenhum olhar terreno e que conservarão todo o seu perfume para Deus. “A Deus, diz São João da Cruz, é mais agradável uma ação, ainda que pequena, feita em segredo e sem o desejo de ser conhecida, do que mil outras feitas com o desejo de serem vistas pelos homens”. E ainda: “Uma ação feita inteiramente e puramente por Deus, com coração puro, cria um reino inteiro para aqueles que a fazem”.

Jesus insiste neste exercício: “Orai em segredo, jejuai em segredo, dai esmolas em segredo e vosso Pai, que vê no segredo, vos recompensará”. (cf. Mt 6,4-18). São iguarias para Deus que tonificam a alma. Não se trata de fazer disto uma regra fixa. Jesus também diz: “Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e dêem glória ao vosso Pai que está nos céus” (Mt 5, 16). É uma questão de distinguir quando é bom para os outros verem e quando é melhor para eles não verem.

O pior que se pode fazer, no final de uma descrição da hipocrisia, é usá-la para julgar os outros, para denunciar a hipocrisia que existe à nossa volta. É precisamente a eles que Jesus aplica o título de hipócritas: “Hipócritas, tirai primeiro a trave do vosso olho e depois vereis bem para tirar o cisco do olho do vosso irmão! (Mt 7,5). Aqui é verdadeiramente oportuno dizer: “Aquele dentre vós que não tem pecado, atire a primeira pedra” (Jo 8, 7). Quem pode dizer que está completamente livre de qualquer forma de hipocrisia? De

não ser um pouco, também ele, um sepulcro caiado, diferente por dentro do que aparece por fora? Talvez só Jesus e Nossa Senhora tenham estado isentos, de forma estável e absoluta, de todas as formas de hipocrisia. O fato consolador é que, assim que se diz: “Fui hipócrita”, sua hipocrisia é superada.

### **“Se o teu olho é simples”**

A palavra de Deus não se limita a condenar o vício da hipocrisia; ela também nos impele a cultivar a virtude oposta que é a simplicidade. “A lâmpada do corpo é o olho; portanto, se o teu olho é simples, todo o teu corpo será luminoso” (Mt 6,22). A palavra “simplicidade” pode ter – e tem ainda hoje – o sentido negativo de ingenuidade, superficialidade e imprudência. Jesus se preocupa em excluir este sentido; à recomendação: “Sede simples como as pombas” segue-se o convite a serem também “prudentes como as serpentes” (Mt 10, 16).

São Paulo retoma e aplica à vida da comunidade cristã o ensinamento evangélico sobre a simplicidade. Na Carta aos Romanos escreve: “Quem dá, faça-o com simplicidade” (Rm 12, 8). Refere-se, em primeiro lugar, aos responsáveis, na comunidade, pelas obras de caridade, mas a recomendação se aplica todos: não só aos que dão dinheiro, mas também aos que dão do próprio tempo, do próprio trabalho. O sentido é não fazer pesar o que se faz pelos outros ou no próprio trabalho. Alessandro Manzoni, que no seu romance “Os noivos”, tão bem encarnou o espírito do Evangelho, tem uma cena muito delicada a este respeito. O bom alfaiate do país

“Interrompeu o discurso, como se estivesse se surpreendido por um pensamento. Parou um momento; depois juntou um prato com a comida que estava sobre a mesa, e acrescentando um pão, colocou o prato em um guardanapo, e pegando-o pelas quatro pontas, disse à sua filha maior: – tome aqui – . Deu-lhe um frasco de vinho na outra mão, e acrescentou: – vá até a Maria viúva; deixe isso com ela, e diga-lhe que deve estar um pouco alegre com seus filhos. Mas, com bons modos, viu; que não pareça que estás dando esmola”.

O apóstolo Paulo fala de simplicidade também em um outro contexto que nos interessa particularmente porque se refere à Páscoa. Escrevendo aos Coríntios, diz:

“Livrai-vos do fermento velho para serdes massa nova, visto que sois sem fermento. Pois Cristo, a nossa Páscoa, já foi imolado.

Celebremos, portanto, a festa não com o fermento velho, não com o fermento da malícia e da perversidade, porém com os *pães sem fermento da pureza e da verdade*. (1 Cor 5,7-8).

A festa que o Apóstolo nos convida a celebrar não é uma festa qualquer, mas a festa por excelência, a única que o cristianismo conhece e celebra nos primeiros três séculos da sua história, a Páscoa. Na véspera da Páscoa, no dia 13 de Nisan, o ritual judaico ordenava que a anfitriã revistasse à luz de velas toda a casa, procurando em cada esquina, para fazer desaparecer qualquer pequeno vestígio de pão fermentado e assim celebrar o dia seguinte, a Páscoa com apenas pão ázimo. Para os judeus, o fermento era sinônimo de corrupção e o pão ázimo, símbolo de pureza, novidade e integridade. Neste sentido, Jesus chama a hipocrisia um fermento, “o fermento dos fariseus” (Lc 12,1).

São Paulo vê na prática ritual hebraica uma grande metáfora da vida cristã. Cristo foi imolado; ele é a verdadeira Páscoa da qual a antiga era uma expectativa; por isso é necessário vasculhar a casa interior, o coração, despojar-se de tudo o que é velho e corrupto, para ser “uma massa nova”; fazer, também dentro de nós, a grande limpeza da primavera. A palavra grega *heilikrineia*, traduzida como “sinceridade”, contém a ideia de esplendor solar (*helios*) e de prova ou julgamento (*krino*) e, portanto, significa uma transparência solar, algo que foi colocado contra a luz e encontrado puro.

A virtude da simplicidade tem o modelo mais sublime que se pode pensar: o próprio Deus. Santo Agostinho escreveu: “Deus é trino, mas não é triplo”. Ele é a própria simplicidade. A Trindade não destrói a simplicidade de Deus, porque a simplicidade diz respeito à natureza e a natureza de Deus é única e simples. São Tomás recolhe fielmente esta herança, fazendo da simplicidade o primeiro dos atributos de Deus.

A Bíblia exprime esta mesma verdade de modo concreto, através de imagens: “Deus é luz e nele não há trevas” (1 Jo 1, 5). A ausência de qualquer mistura é também um dos muitos significados do título divino *Qadosh*, Santo. Pura plenitude, pura simplicidade. A grande mística Santa Catarina de Gênova designa este aspecto da natureza divina, pela qual estava apaixonada, com *nítido*, *claramente*, um termo que indica, juntos, pureza e plenitude, plenitude e homogeneidade absoluta. Deus é “tudo num só pedaço”. A simplicidade de Deus é “pura plenitude”; a ele, diz a Escritura, “nada se pode acrescentar ou tirar” (Eclo 42, 21). Na medida em que

é suma *plenitude*, nada lhe *pode* ser acrescentado; na medida em que é suma *pureza*, nada lhe deve ser tirado. Em nós, as duas coisas nunca estão unidas; uma contradiz a outra. A nossa pureza obtém-se sempre pela remoção de algo, pela purificação de nós mesmos, pela “remoção do mal das nossas ações” (cf. Is 1, 16).

Qualquer ação, ainda que pequena, se realizada com intenção pura e simples, nos torna “imagem e semelhança de Deus”. A intenção pura e simples reúne as forças dispersas da alma, prepara o espírito e o une a Deus. É o princípio, o fim e o ornamento de todas as virtudes. Ao somente tender a Deus e julgando as coisas em relação a Ele, a simplicidade rejeita e erradica o fingimento, a hipocrisia e toda a duplicidade... Esta intenção pura e simples é aquele olho simples do qual fala Jesus no Evangelho, que ilumina todo o corpo, ou seja, toda a vida e os atos do homem e os preserva imunes do pecado.

Aquela simplicidade é uma das realizações mais difíceis e mais belas da jornada espiritual. A simplicidade é própria de quem foi purificado por uma verdadeira penitência, porque é fruto de um total desapego de si mesmo e de um amor desinteressado por Cristo. Chega-se pouco a pouco, sem se desanimar com as quedas, mas com firme determinação de buscar a Deus por ele próprio e não por nós mesmos.

Se me permitem sugerir um propósito no final desta meditação, é o de procurar no Saltério, ou na liturgia das horas, o Salmo 139; recitá-lo lenta e repetidamente, como se o estivéssemos lendo pela primeira vez, ou melhor, como se o estivéssemos compondo nós mesmos ou fôssemos os primeiros a pronuncia-lo. Se a hipocrisia e a duplicidade consistem em procurar o olhar dos homens mais do que o de Deus, aqui encontramos o remédio mais eficaz. Recitar este salmo é como submeter-se a uma espécie de radiografia, como expor-se a raios X. Parece que estamos sendo atravessados de um lado para o outro pelo olhar de Deus. Lembro-me sempre da impressão da primeira que o recitei da forma como os estou dizendo. É assim que começa:

Senhor, tu me sondaste e me conheces e:

sabes quando me sento e quando me levanto,

de longe percebes os meus pensamentos.

Discernes minha caminhada e meu descanso  
e estás a par de todos os meus caminhos.

A palavra ainda não chegou à minha língua,  
e tu, Senhor, já a conheces toda...

Aonde irei para estar longe do teu espírito?

Aonde fugirei, longe de tua presença?

Se eu escalar o céu, aí estás;

se me deitar nas profundezas, também aí estás.

Se me apossar das asas da aurora

e for morar nos confins do mar,

também aí tua mão me conduz,

tua destra me segura.

Se eu disser: “As trevas, ao menos, vão me envolver

e a luz, à minha volta, se fará noite”,

nem sequer as trevas são bastante escuras para ti,

e a noite é tão clara como o dia,

tanto faz a luz como as trevas..

O maravilhoso é que esta consciência de estar sob o olhar de Deus não cria um sentimento de vergonha ou de desconforto, como aquele que se sente observado e descoberto em seus pensamentos mais secretos; pelo contrário, dá alegria porque se compreende que é o olhar de um pai que nos ama e quer que sejamos perfeitos, assim como ele é perfeito. De fato, o salmista termina a sua oração com o grito exultante:

” Sonda-me, ó Deus, e conhece meu coração!

Examina-me, e conhece minhas preocupações!

Vê se estou no caminho da mentira  
e conduz-me pelo caminho da vida.”

Sim, vê, Senhor, se seguimos um caminho de mentiras e nos guies, nesta Quaresma, pelo caminho da simplicidade e da transparência. Amém.

---

*Tradução Thácio Siqueira*

## SEGUNDA PREGAÇÃO

“RETORNE A SI MESMO!”

Santo Agostinho lançou um apelo que, muitos séculos depois, manteve intacta a sua relevância: “In te ipsum redi. In interiore homine habitat veritas”: “Retorne a si mesmo. A verdade habita no homem interior”. Em um discurso ao povo, com insistência ainda maior, ele exorta:

“Entrai de novo no vosso coração! Onde quereis ir para longe de vós? Ao ir longe, vos perdereis. Por que vos dirigis a estradas desertas? Retornai do vosso deambular que vos levou para fora da estrada; voltai para o Senhor. Ele está pronto. Em primeiro lugar, retornai ao vosso coração, vós que vos tornastes estranhos a vós mesmos, vagando lá fora: não vos conheceis a vós mesmos, e procurais aquele que vos criou! Voltai, retornai ao coração, desprendeis-vos do vosso corpo... Retornai ao coração: ali examinai o que se pode perceber de Deus, porque ali se encontra a imagem de Deus; na interioridade do homem mora Cristo, na vossa interioridade vos renovais segundo a imagem de Deus”. Continuando o comentário iniciado no Advento sobre o versículo do Salmo “A minha alma tem sede do Deus vivo”, refletimos sobre o “lugar” onde cada um de nós entra em contato com o Deus vivo. No sentido universal e sacramental este “lugar” é a Igreja, mas no sentido pessoal e existencial é o nosso coração, o que a Escritura chama “o homem interior”, “o homem escondido no coração”. Esta escolha é impulsionada também pelo tempo litúrgico em que nos encontramos. Jesus nestes quarenta dias está no deserto, e é aí que devemos chegar até ele. Nem todos podem ir para um deserto exterior; mas todos podemos refugiar-nos no deserto interior que é o nosso coração. “Cristo habita na interioridade do homem”, disse-nos Agostinho.

Se quisermos uma imagem plástica ou um símbolo que nos ajude a realizar esta conversão interior, o Evangelho oferece-nos com o episódio de Zaqueu. Zaqueu é o homem que quer conhecer Jesus e, para isso, sai de casa, entra na multidão, sobe a uma árvore... Procura-o fora. Mas, eis que, quando Jesus passou, viu-o e disse-lhe: “Zaqueu, desce imediatamente, porque hoje tenho de entrar em tua casa” (Lc 19, 5). Jesus traz Zaqueu de volta à sua casa e ali, no segredo, sem testemunhas, acontece o milagre: Ele conhece verdadeiramente quem é Jesus e encontra a salvação.

Nós nos parecemos muito com Zaqueu. Procuramos Jesus e o procuramos fora, nas ruas, na multidão. E é o próprio Jesus quem nos convida a voltar à nossa casa nos nossos corações, onde Ele deseja encontrar-se connosco.

## **Interioridade, um valor em crise**

A interioridade é um valor em crise. A “vida interior” que antes era quase sinónimo de vida espiritual, agora tende a ser vista com desconfiança. Há dicionários de espiritualidade que omitem completamente as vozes “interioridade” e “recolhimento” e outros que as trazem, mas não sem expressar algumas reservas. Por exemplo, nota-se que, afinal, não há nenhum termo bíblico que corresponda exactamente a estas palavras; que poderia ter havido, neste ponto, uma influência decisiva da filosofia platónica; que poderia favorecer o subjetivismo e assim por diante.

Um sintoma revelador deste declínio do gosto e da estima pela interioridade é o destino da *Imitação de Cristo*, que é uma espécie de manual para a introdução à vida interior. De livro mais amado entre os cristãos, depois da Bíblia, ele passou, em poucas décadas, a ser um livro esquecido.

Algumas das causas desta crise são antigas e inerentes à nossa própria natureza. A nossa “composição”, isto é, o nosso ser feito de carne e espírito, nos faz como um plano inclinado, mas inclinado para o exterior, o visível e o múltiplo. Assim como o universo, após a explosão inicial (o famoso Big Bang), também nós estamos em fase de expansão e de afastamento do centro. “O olho não pára de olhar, nem o ouvido se cansa de ouvir”, diz as Escrituras (Ec 1, 8). Estamos perpetuamente “saindo” por aquelas cinco portas ou janelas que são nossos sentidos.

Outras causas são mais específicas e atuais. Uma delas é a emergência do “social” que é certamente um valor positivo do nosso tempo, mas que, se não for reequilibrado, pode acentuar a projecção ao exterior e a despersonalização do homem. Na cultura secularizada e leiga dos nossos tempos o papel que desempenhava a interioridade cristã foi assumido pela psicologia e pela psicanálise, que, no entanto, se detêm no inconsciente do homem e, em todo caso, na sua subjetividade, independentemente da sua íntima ligação com Deus.

No campo eclesial, a afirmação, com o Concílio, da ideia de uma “Igreja para o mundo” fez com que o antigo ideal de fugir do

mundo fosse por vezes substituído pelo ideal de fugir para o mundo. O abandono da interioridade e a projeção para o exterior é um aspecto – e entre os mais perigosos – do fenómeno do secularismo. Houve até mesmo uma tentativa de justificar teologicamente esta nova orientação que tomou o nome de teologia da morte de Deus, ou da cidade secular. Deus – diz-se – deu-nos, ele próprio, um exemplo. Encarnando-se, esvaziou-se, saiu de si mesmo, da interioridade trinitária, “mundanizou-se”, isto é, dispersou-se no profano. Tornou-se um Deus “fora de si mesmo”.

## **A interioridade na Bíblia**

Como sempre, no cristianismo, a crise de um valor tradicional deve ser respondida realizando uma recapitulação, isto é, retomando as coisas ao seu início para levá-las a uma nova realização. Por outras palavras, trata-se de partir novamente da palavra de Deus e, à sua luz, de redescobrir, na própria Tradição, o elemento vital e perene, libertando-o dos elementos caducos com os quais se revestiu ao longo dos séculos. Foi isto que o Concílio Vaticano II seguiu como método em todo o seu trabalho. Como na natureza, na primavera, a árvore é podada dos ramos da estação anterior para possibilitar uma nova floração do tronco, assim também nós devemos fazer na vida da Igreja.

Já os profetas de Israel haviam lutado para deslocar o interesse do povo das práticas exteriores de culto e do ritualismo para a interioridade da relação com Deus. “Este povo – lemos em Isaías – vem a mim apenas com palavras e honra-me com os lábios, enquanto o seu coração está longe de mim e o culto que me prestam é uma enxurrada de costumes humanos” (Is 29, 13). A razão é que “o homem olha para as aparências, mas Deus examina o coração” (1 Sam 16,7). “Rasgai o vosso coração, não as vossas vestes, lemos noutra profeta” (Gl 2, 13).

É o tipo de reforma religiosa que Jesus assumiu e fez frutificar. Alguém que examine a obra de Jesus e as suas palavras, fora de preocupações dogmáticas, do ponto de vista da história das religiões, observa antes de tudo uma coisa: que ele quis renovar a religiosidade judaica, muitas vezes acabada nas águas rasas do ritualismo e do legalismo, recolocando no centro dela uma relação íntima e vivida com Deus. Ele não se cansa de se referir àquela esfera “secreta”, o “coração”, onde se faz o verdadeiro contato com Deus e com a sua vontade viva e da qual depende o valor de cada ação (cf. Mt 15, 10 ss.). A chamada à interioridade encontra a sua motivação bíblica

mais profunda e objetiva na doutrina da inabitação de Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, na alma do batizado.

Com o passar do tempo, na visão bíblica da interioridade cristã, algo ficou obscuro, contribuindo para a crise de que falei acima. Em certas correntes espirituais, como em alguns místicos do Reno, o caráter objetivo desta interioridade havia sido obscurecido. Eles insistem num retorno ao “fundo da alma” através do que eles chamam de “introversão”. Mas nem sempre fica claro se este “fundo da alma” pertence à realidade de Deus ou à do eu, ou, pior ainda, se ambos estão, ao mesmo tempo, panteisticamente fundidos.

Nos últimos séculos, o aspecto do método tinha acabado por prevalecer sobre o *conteúdo* da interioridade cristã, por vezes reduzindo-a a uma espécie de técnica de concentração e de meditação, mais do que ao encontro com Cristo vivo no coração, embora não tenham faltado em nenhuma época realizações esplêndidas da interioridade cristã. A Beata Isabel da Trindade está na linha da mais pura interioridade objetiva, quando escreve: “Encontrei o céu na terra, porque o céu é Deus e Deus está no meu coração”.

## **Retorno à interioridade**

Mas voltemos ao presente. Por que é urgente voltar a falar de interioridade e redescobrir o seu sabor? Vivemos numa civilização toda projetada para o exterior. O que se observa no âmbito físico ocorre no âmbito espiritual. O homem envia as suas sondas para a periferia do sistema solar, fotografa o que está em planetas distantes, mas ignora o que se agita a poucos milhares de metros abaixo da crosta terrestre e, portanto, não consegue prever terremotos e erupções vulcânicas. Também sabemos, agora em tempo real, o que acontece no outro extremo do mundo, mas ignoramos o que se agita no fundo do nosso coração. Vivemos como numa centrifugadora em ação a toda a velocidade.

Fugir, isto é, sair, é uma espécie de palavra de ordem. Existe até uma literatura de escapismo, espetáculos de evasão. A evasão está, por assim dizer, institucionalizada. O silêncio assusta. Não se consegue viver, trabalhar, estudar sem voz ou música por perto. Há uma espécie de *horror vacui*, de medo do vazio, que nos leva a ficar atordoados.

Tive a oportunidade de ir uma vez a uma discoteca, convidado para conversar com os jovens ali reunidos. Bastou-me para ter uma ideia do que reina ali: a orgia do barulho, o ruído ensurdecedor como droga. Na saída da discoteca foram feitas pesquisas entre os jovens e à pergunta: “Porque é que vocês se reúnem neste lugar?”, responderam alguns: “Para não pensar!”. Mas é fácil imaginar a que manipulações estão expostos os jovens que desistiram de pensar.

“Que sejam sobrecarregados de trabalhos; ocupem-se eles das suas tarefas e não dêem ouvidos às palavras de Moisés!” foi a ordem do Faraó do Egito (cf. Ex 5, 9). A ordem tácita, mas não menos peremptória, dos faraós modernos é: “Sobrecarreguem de barulho estes jovens, que fiquem atordoados, para que não pensem, não façam escolhas livres, mas sigam a moda que nos convém, comprem o que dizemos, pensem como queremos!”. Para um sector muito influente da nossa sociedade, o do entretenimento e da publicidade, os indivíduos contam apenas como “espectadores”, números que aumentam a “audiência” dos programas.

Temos de nos opor a este esvaziamento com um “não” resolutivo. Os jovens são também os mais generosos e dispostos a rebelar-se contra a escravidão e, de facto, há fileiras de jovens que reagem a este assalto e, em vez de fugir, procuram lugares e tempos de silêncio e de contemplação para se encontrarem de vez em quando a si próprios e, em si, a Deus. São muitos, mesmo que ninguém fale deles. Alguns fundaram casas de oração e de contínua adoração eucarística e, através da Rede, dão a muitos a possibilidade de se unirem a eles.

A interioridade é o caminho para uma vida autêntica. Hoje fala-se muito de autenticidade e faz-se dela o critério de sucesso ou fracasso da vida. Talvez o filósofo mais famoso do século passado, Martin Heidegger, tenha colocado este conceito no centro do seu sistema. Para o cristão, a verdadeira autenticidade só pode ser alcançada vivendo o “coram Deo”, na presença de Deus.

Um vaqueiro – escreve Kierkegaard – que, se possível, é um “eu” diante das vacas, é um “eu” muito baixo; um soberano que é um “eu” diante de seus servos, o mesmo. Nenhum deles é um “eu”; em ambos os casos falta a medida... Mas que realidade infinita o “eu” não adquire, adquirindo consciência de existir diante de Deus, tornando-se um eu humano, cuja medida é Deus! [...] Fala-se tanto de vidas desperdiçadas. Mas desperdiçada é apenas a vida daquele homem que nunca percebeu, porque nunca teve, no sentido mais

profundo, a impressão de que existe um Deus e que ele, precisamente ele, o seu eu, está diante deste Deus”.

O Evangelho conta-nos a história de um desses “vaqueiros”. Havia fugido da casa paterna e dissipado os seus bens e a sua juventude, vivendo dissolutamente. Mas um dia “voltou a si mesmo”. Reexaminou a sua vida, preparou as palavras a dizer e partiu a caminho da casa de seu pai (cf. Lc 15, 17). A sua conversão ocorreu neste momento, antes de se mudar, enquanto estava sozinho no meio de uma vara de porcos. Aconteceu no momento em que “reentrou em si mesmo”. Depois disso, não fez nada além de executar o que tinha decidido. A conversão externa foi precedida da conversão interna e recebeu o seu valor da mesma. Quanta fecundidade nesse “retornar a si mesmo!”.

Não são apenas os jovens que estão sobrecarregados com a onda de exterioridade. O mesmo acontece com as pessoas mais comprometidas e ativas da Igreja. Até os religiosos! Dissipação é o nome da doença mortal que nos mina a todos. Acaba-se por ser como um vestido de cabeça para baixo, com a alma exposta aos quatro ventos. Num discurso proferido aos superiores de uma ordem religiosa contemplativa, São Paulo VI disse:

“Hoje estamos num mundo que parece estar lutando com uma febre que se infiltra até no santuário e na solidão. O barulho e o ruído invadiram quase tudo. As pessoas já não conseguem recolher-se. Nas garras de mil distrações, elas habitualmente dissipam as suas energias atrás das diferentes formas da cultura moderna. Jornais, revistas, livros invadem a intimidade das nossas casas e dos nossos corações. É mais difícil do que nunca encontrar a ocasião para aquele recolhimento em que a alma pode estar plenamente ocupada em Deus”.

Santa Teresa de Ávila escreveu uma obra intitulada O Castelo Interior, que é certamente um dos frutos mais maduros da doutrina cristã da interioridade. Mas há também, infelizmente, um “castelo exterior” e hoje vemos que é possível fechar-se também neste castelo. Trancados fora de casa, incapazes de entrar. Prisioneiros da exterioridade! Santo Agostinho descreve assim a sua vida antes da conversão:

“Estavas dentro de mim e eu fora e eu te procurava aqui em baixo, me jogando deformado, sobre essas formas de beleza que são as suas criaturas. Tu estavas comigo, mas eu não estava contigo.

Mantinhm-me afastado de ti aquelas criaturas que não existiram se não fosse porque as fizeste existir”.

Quantos de nós deveríamos repetir esta amarga confissão: “Estavas dentro de mim, mas eu estava fora!” Há quem sonhe com a solidão, mas só sonham com ela. Amam-na, desde que permaneça no sonho e nunca se traduza em realidade. Na realidade, fogem dela, têm medo dela. O desaparecimento do silêncio é um sintoma grave. Foram removidos, quase que totalmente, aqueles típicos cartazes que em todos os corredores das casas religiosas intimavam em latim: *Silentium!* Creio que em muitos ambientes religiosos exista o dilema: Ou silêncio ou morte! Ou encontramos um clima e tempos de silêncio e interioridade ou é o esvaziamento espiritual progressivo e total. Jesus chama o inferno de “as trevas exteriores” (cf. Mt 8,12) e esta designação é muito significativa.

Eu, disforme, lançava-me sobre as belas formas das tuas criaturas; realidade, fogem dela, têm medo dela. O desaparecimento do silêncio é um sintoma grave. Foram removidos, quase que totalmente, aqueles típicos cartazes que em todos os corredores das casas religiosas intimavam em latim: *Silentium!* Creio que em muitos ambientes religiosos exista o dilema: Ou silêncio ou morte! Ou encontramos um clima e tempos de silêncio e interioridade ou é o esvaziamento espiritual progressivo e total. Jesus chama o inferno de “as trevas exteriores” (cf. Mt 8,12) e esta designação é muito significativa.

Não nos deixemos enganar pela objeção habitual: mas Deus encontra-se fora, nos nossos irmãos, nos pobres, na luta pela justiça; encontra-e na Eucaristia que está fora de nós, na palavra de Deus... Tudo verdade. Mas onde é que tu realmente “encontras” o teu irmão e os pobres, senão no teu coração? Se só os encontras fora, não é um “eu”, uma pessoa que encontras, mas uma coisa; é mais um choque do que um encontro. Onde encontras o Jesus da Eucaristia senão na fé, isto é, dentro de ti? Um verdadeiro encontro entre pessoas só pode acontecer entre duas consciências, duas liberdades, isto é, entre duas interioridades.

É também errado pensar que a insistência na interioridade pode prejudicar o empenho ativo pelo Reino e pela justiça; pensar, por outras palavras, que afirmar o primado da intenção pode prejudicar a ação. A interioridade não se opõe à ação, mas a uma certa forma de agir. Longe de diminuir a importância de agir por Deus, a interioridade a fundamenta e a preserva.

## O eremita e o seu eremitério

Se quisermos imitar o que Deus fez encarnando-se, imitemo-lo verdadeiramente até ao extremo. É verdade que ele se esvaziou, saiu de si mesmo, da interioridade da Trindade, para vir ao mundo. Mas sabemos como isso aconteceu: “O que era permaneceu, o que não era assumiu”, diz um antigo adágio sobre a Encarnação. Sem abandonar o seio do Pai, o Verbo veio entre nós. Nós também vamos em direção ao mundo, mas sem nunca nos abandonarmos completamente. “O homem interior – diz a *Imitação de Cristo* – recolhe-se espontaneamente porque nunca se dispersa completamente nas coisas exteriores. Ele não é prejudicado pela atividade externa e pelas ocupações necessárias, mas sabe adapta-se às circunstâncias”.

Mas procuremos também ver como fazer, concretamente, para redescobrir e preservar o hábito da interioridade. Moisés era um homem muito ativo. Mas nós lemos que ele fez construir uma tenda portátil e em cada estágio do êxodo armava a tenda fora do acampamento e regularmente entrava nela para consultar o Senhor. Ali, o Senhor falava com Moisés “face a face, como um homem fala ao outro” (Ex 33,11).

Isto nem sempre pode ser feito. Nem sempre é possível retirar-se a uma capela ou a um lugar solitário para reencontrar o contato com Deus. São Francisco de Assis sugere outra medida mais acessível. Ao enviar os seus frades pelas ruas do mundo, dizia: “Temos um eremitério sempre connosco onde quer que vamos e quando quisermos podemos, como eremitas, voltar a esse eremitério. “O irmão corpo é o eremitério e a alma a eremita que vive dentro dele para rezar a Deus e meditar”. É a mesma recomendação que Santa Catarina de Sena expressava com a imagem da “cela interior” que todos levam consigo e na qual é sempre possível retirar-se com o pensamento, para reconectar um contato vivo com a Verdade que vive em nós.

É a esta cela invisível, não delimitada por muros – escreve Santo Ambrósio – que Jesus nos convida com as palavras: “Quando orares, entra no teu quarto e, quando a porta estiver fechada, ora a teu Pai em segredo” (Mt 6, 6).

No início escutamos o apelo sincero de Santo Agostinho para voltar ao coração; terminamos escutando outro apelo igualmente

sincero na mesma direção, o que Santo Anselmo de Aosta dirige ao leitor no início de seu *Proslogion*:

Vamos, homenzinho, abandona as tuas ocupações por um momento, esconde-te um pouco dos teus pensamentos tumultuados. Abandona agora as tuas pesadas preocupações, adia os teus compromissos laboriosos. Dedicar-te a Deus por um tempo e descansa nele. Entra na câmara do teu espírito, exclui tudo dela, exceto Deus e tudo o que te ajude a buscá-lo, e quando fechardes a porta (Mt 6, 6), buscai-o. Diz agora, ó meu coração, na tua totalidade, diz agora a Deus: “Busco o teu rosto; o teu rosto, ó Senhor, eu busco” (Sl 27,8).

Com estes desejos e intenções começamos o nosso dia de trabalho, ao serviço da Igreja.

---

*Tradução Thácio Siqueira*

## TERCEIRA PREGAÇÃO

### A IDOLATRIA, A ANTÍTESE DO DEUS VIVO

Todas as manhãs, quando acordamos, temos uma experiência única, que quase nunca notamos. Durante a noite, as coisas à nossa volta existiam, eram como as tínhamos deixado na noite anterior: a cama, a janela, o quarto. Talvez o sol já esteja brilhando lá fora, mas não o vemos porque nossos olhos estão fechados e nossas cortinas estão abaixadas. Só agora, quando acordo, é que as coisas começam ou voltam a existir para mim, porque me dou conta delas, as percebo. Antes era como se elas não existissem, como se eu não existisse.

A mesma coisa acontece com Deus. Ele está sempre ali; “nele nos movemos, respiramos e somos”, disse Paulo aos atenienses (At 17,28); mas geralmente isso acontece como no sono, sem que nos demos conta. O espírito também precisa de um despertar, um aumento da consciência. É por isso que a Escritura nos exorta tantas vezes a despertar do sono: “Acordai vós que dormis, despertai dos mortos, e Cristo vos iluminará” (Ef 5, 14), “Agora é tempo de vos despertar do sono! (Rm 13,11). É o que nos propomos para continuar, na Quaresma, a busca do Deus vivo que começou no Advento.

### **Idolatria antiga e nova**

O Deus “vivo” da Bíblia é assim definido para distingui-lo dos ídolos que são coisas mortas. É a batalha que une todos os livros do Antigo e do Novo Testamento. Basta abrir quase ao acaso uma página dos profetas ou dos salmos para encontrar os sinais desta luta épica em defesa do único Deus de Israel. A idolatria é a antítese exata do Deus vivo. Dos ídolos, diz um salmo:

Os ídolos dos povos são prata e ouro,

trabalho das mãos do homem.

Eles têm boca e não falam,

têm olhos e não conseguem ver,

têm ouvidos e não ouvem,  
têm narinas e não cheiram.  
Têm mãos e não apalpam,  
têm pés e não andam;  
Da garganta não fazem barulho. (Sl 114, 3-7).

Do contraste com os ídolos, o Deus vivo aparece como um Deus que “faz o que quer”, que fala, que vê, que ouve, um Deus “que respira”! O sopro de Deus também tem um nome na Escritura: é chamado de *Ruah Jahwe*, o Espírito de Deus. É o sopro que Deus soprou sobre Adão quando ainda era um simulacro de argila (Gn 2, 7); é o sopro que o Ressuscitado soprou sobre os discípulos na noite de Páscoa: “Soprou sobre eles e disse: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20, 22).

A batalha contra a idolatria infelizmente não terminou com o fim do paganismo histórico; ela está sempre em ato. Os ídolos mudaram de nome, mas estão mais presentes do que nunca. Mesmo dentro de cada um de nós, veremos, há um que é o mais assustador de todos. Por conseguinte, vale a pena insistir, por uma vez, neste problema, como um problema atual, e não apenas do passado.

Aquele que fez da idolatria a análise mais lúcida e profunda é o apóstolo Paulo. Deixemo-nos guiar por ele para a descoberta do “bezerro de ouro” que se esconde em cada um de nós. No início da carta aos Romanos nós lemos estas palavras:

“Na realidade, a ira de Deus é revelada do céu contra toda a impiedade e toda injustiça dos homens que sufocam a verdade na injustiça, pois o que pode ser conhecido de Deus é manifesto a eles; o próprio Deus o manifestou a eles. Com efeito, desde a criação do mundo em diante, as suas perfeições invisíveis podem ser contempladas com o intelecto nas suas obras, como seu eterno poder e divindade; são, portanto, indesculpáveis, porque, embora conheçam a Deus, não lhe deram glória nem graças como Deus, mas vaguearam em seus raciocínios e as suas mentes obtusas foram obscurecidas” (Rm 1, 18-21).

Nas mentes dos que estudaram teologia, estas palavras estão quase exclusivamente ligadas à tese da cognoscibilidade natural da existência de Deus a partir das criaturas. Portanto, uma vez

resolvido este problema, ou depois de ter deixado de ser tão atual como no passado, acontece que estas palavras raramente são lembradas e valorizadas. Mas a do conhecimento natural de Deus é, no contexto, um problema completamente marginal. As palavras do Apóstolo têm muito mais a nos dizer; elas contêm um desses “trovões de Deus” capazes de derrubar também os cedros do Líbano.

O Apóstolo está empenhado em demonstrar a situação da humanidade antes de Cristo e fora dele; em outras palavras, onde começa o processo de redenção. Ele não parte de zero, da natureza, mas de subzero, do pecado. Todos pecaram, ninguém excluído. O Apóstolo divide o mundo em duas categorias: Gregos e judeus, isto é, pagãos e crentes, e começa sua acusação precisamente a partir do pecado dos pagãos. Identifica o pecado fundamental do mundo pagão na impiedade e na injustiça. Diz que este é um ataque à verdade; não a esta ou aquela verdade, mas à verdade original de todas as coisas.

O pecado fundamental, o objeto primário da ira divina, é identificado na *asebeia*, isto é, na impiedade. Em que consiste exatamente esta impiedade, o Apóstolo explica imediatamente, dizendo que consiste na recusa de “glorificar” e de “agradecer” a Deus. Em outras palavras, ao recusar reconhecer Deus como Deus, ao não lhe dar a consideração que lhe é devida. Consiste, poderíamos dizer, em “ignorar” a Deus, onde, no entanto, ignorar não significa tanto “não saber que existe” mas “fazer como se ele não existisse”.

No Antigo Testamento ouvimos Moisés que grita ao povo: “Reconhece que Deus é Deus! (cf. Dt 7,9) e um salmista retoma este grito, dizendo: “Reconhecei que o Senhor é Deus: Ele fez-nos e nós somos seus! (Sl 100,3). Reduzido ao seu núcleo germinativo, o pecado é negar este “reconhecimento”; é a tentativa, por parte da criatura, de anular a diferença qualitativa infinita que existe entre a criatura e o Criador, recusando-se a depender dele. Esta recusa tomou forma, concretamente, na idolatria, em que a criatura é adorada em vez do Criador (cf. Rm 1, 25). Os pagãos, continua o Apóstolo, “vaguearam nos seus raciocínios e escureceram as suas mentes obtusas. Como se declararam sábios, tornaram-se loucos e mudaram a glória do Deus incorruptível com a imagem e a figura do homem corruptível, dos pássaros, quadrúpedes e répteis” (Rm 1,22-23).

O Apóstolo não quer dizer que todos os pagãos, sem distinção, devam ter vivido subjetivamente neste tipo de pecado (mais tarde ele

falará de pagãos que se tornam aceitos a Deus seguindo a lei de Deus escrita em seus corações, cf. Rm 2,14 ss); ele só quer dizer qual é a situação objetiva do homem diante de Deus depois do pecado. O homem, criado ” *reto* ” (no sentido físico de *ereto* e no sentido moral de *justo*), com o pecado tornou-se ” curvo “, isto é, dobrado sobre si mesmo, e ” perverso “, orientado para si mesmo, mais do que para Deus.

Na idolatria, o homem não “aceita” Deus, mas se faz um deus. As partes são invertidas: o homem torna-se o oleiro e Deus o vaso que molda ao seu gosto (cf. Rm 9, 20 ss.). Em tudo isto há uma referência, pelo menos implicitamente, ao relato da criação (cf. Gn 1, 26-27). Ali se diz que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança; aqui se diz que o homem trocou por Deus a imagem e a figura do homem corruptível. Em outras palavras, Deus fez o homem à sua imagem, agora o homem faz Deus à sua imagem. Porque o homem é violento, eis que fará da violência um deus, Marte; porque é cobiçoso, fará da luxúria uma deusa, Vênus, e assim por diante. Faz de Deus a projeção de si mesmo.

### **“Tu és esse homem!”**

Seria fácil mostrar que esta é também a situação em que, de certa forma, nos encontramos, no Ocidente, do ponto de vista religioso e a partir da qual o ateísmo moderno começou com a famosa máxima de Feuerbach: “Não foi Deus quem criou o homem à sua imagem, mas foi o homem que criou Deus à sua imagem”. Em certo sentido, temos de admitir que esta afirmação é verdadeira! Sim, deus é verdadeiramente um produto da mente humana. O problema, porém, é saber de que deus se trata. Certamente não é o Deus vivo da Bíblia, mas apenas um substituto.

Imaginemos que hoje um homem desequilibrado comece a dar marteladas na estátua do Davidd de Michelangelo em frente ao Palazzo della Signoria em Florença, e depois comece a gritar com um ar de triunfo: “Eu destruí o Davidd de Michelangelo! O Davidd não existe mais! O Davidd não existe mais!”. Não sabe, pobre iludido, que este era apenas um modelo, uma cópia para turistas apressados, porque o verdadeiro Davidd de Michelangelo, após um ataque do tipo que aconteceu no passado, tinha sido retirado de circulação e colocado em um lugar seguro na Galleria dell’Accademia. Foi o que aconteceu a Nietzsche quando, pela boca de um de seus personagens, ele proclamou: “Nós matamos Deus!” . Ele não

percebeu que não tinha matado o verdadeiro Deus, mas uma cópia de “gesso” dele.

Basta uma simples observação para se convencer de que o ateísmo moderno não tem a ver com o Deus da fé cristã, mas com uma ideia deformada dele. Se a ideia do Deus Uno e Trino tivesse sido mantida viva na teologia (em vez de falar de um vago “Ser Supremo”) não teria sido tão fácil para Feuerbach fazer triunfar a sua tese de que Deus é uma projeção que o homem faz de si mesmo e de sua própria essência. Que necessidade teria o homem de se dividir em três: Pai, Filho e Espírito Santo? É o deísmo vago que é demolido pelo ateísmo moderno, não a fé no Deus uno e trino.

Mas vamos passar a outra coisa. Não estamos aqui para refutar o ateísmo moderno ou para um curso de teologia pastoral; estamos aqui para fazer um caminho de conversão pessoal. Que parte temos nós – refiro-me agora a “nós” no sentido de nós que estamos aqui, de nós crentes -, na tremenda acusação da Bíblia contra a idolatria? De acordo com o que foi dito até agora, pareceria, de fato, que temos, acima de tudo, um papel de acusadores. Mas ouçamos bem o que segue na Carta de Paulo aos Romanos. Depois de ter arrancado a máscara do rosto do mundo, nela o Apóstolo arranca também a máscara do nosso rosto e vemos como.

“Assim, és inescusável, ó homem, quem quer que sejas, que te arvoras em juiz. Naquilo que julgas a outrem, a ti mesmo te condenas; pois tu, que julgas, fazes as mesmas coisas que eles. Ora, sabemos que o juízo de Deus contra aqueles que fazem tais coisas corresponde à verdade. Tu, ó homem, que julgas os que praticam tais coisas, mas as cometes também, pensas que escaparás ao juízo de Deus?” (Rm 2,1-3).

A Bíblia conta esta história. O rei David havia cometido um adultério; para encobri-lo, tinha feito morrer o marido da mulher na guerra, de modo que, naquele momento, tomá-la por esposa podia até parecer um ato de generosidade, por parte do rei, para com um soldado que havia morrido lutando por ele. Uma verdadeira cadeia de pecados. Então, aproximou-se dele o profeta Natã, enviado por Deus, e contou-lhe uma parábola (mas o rei não sabia que era uma parábola). Havia – disse – , na cidade, um homem muito rico que tinha rebanhos de ovelhas e havia também um homem pobre que tinha apenas uma ovelha muito querida para ele, da qual tirava o seu sustento e que dormia com ele. Um hóspede chegou ao rico e ele, economizando as suas ovelhas, pegou para si as ovelhas do pobre e

mandou matá-las para preparar a mesa do hóspede. Ao ouvir esta história, a ira de David se desencadeou contra o homem e ele disse: “Quem fez isso merece morrer! Então Natan, abandonando de repente a parábola e apontando O dedo para ele, disse a David: “Tu és esse homem! (cf. 2 Sam 12,1 ss).

Isso é o que o Apóstolo Paulo faz conosco. Depois de nos ter arrastado atrás dele numa justa indignação e horror perante a impiedade do mundo, passando do primeiro capítulo ao segundo capítulo da sua Carta, como se de repente se tivesse voltado para nós, repete-nos: “Tu és aquele homem! O reaparecimento, neste ponto, do termo “indesculpável” (*anapologetos*), usado acima para os pagãos, não deixa dúvidas sobre as intenções de Paulo. Enquanto julgavas os outros – ele vem dizer –, te condenavas a ti mesmo. O horror que concebeste para com a idolatria é hora de voltá-lo contra ti próprio.

O “juiz”, no decorrer do capítulo dois, revela-se como o judeu que aqui, porém, é tomado, mais do que qualquer outra coisa, como um tipo. O “judeu” é o não-grego, o não-pagão (cf. Rm 2, 9-10); é o homem piedoso e crente que, fortalecido pelos seus princípios e na posse de uma moral revelada, julga o resto do mundo e, julgando, sente-se seguro. Neste sentido, “Judeu” é cada um de nós. Orígenes dizia até mesmo que, na Igreja, são os bispos, sacerdotes e diáconos, que são visados por estas palavras do Apóstolo, ou seja, os guias, os mestres.

O próprio Paulo experimentou esse choque quando, como fariseu, se tornou cristão, e por isso pode agora falar com tal certeza e mostrar aos crentes o caminho para sair do farisaísmo. Ele desmascara a estranha e frequente ilusão das pessoas piedosas e religiosas de se considerarem protegidas da ira de Deus, somente porque têm uma ideia clara do bem e do mal, conhecem a lei e, ocasionalmente, sabem como aplicá-la aos outros, enquanto, no que se refere a si mesmos, pensam que o privilégio de estar do lado de Deus ou, em todo caso, a “bondade” e a “paciência” de Deus, que conhecem bem, fazem uma exceção para eles.

Vamos imaginar esta cena. Um pai está corrigindo um de seus filhos por alguma transgressão; um outro filho, que cometeu a mesma falta, acreditando que iria ganhar a simpatia do pai e escapar da reprovação, começa a repreender também, em voz alta, o seu irmão, enquanto o pai esperava algo completamente diferente, ou seja, que ouvindo-o repreender o irmão e vendo a sua bondade e

paciência para com ele, ele corresse para se jogar a seus pés, confessando que ele também era culpado da mesma falta e prometendo-lhe se corrigir.

“Ou desprezas as riquezas da sua bondade, tolerância e longanimidade, desconhecendo que a bondade de Deus te convida ao arrependimento? Mas, pela tua obstinação e coração impenitente, vais acumulando ira contra ti, para o dia da cólera e da revelação do justo juízo de Deus” (Rm 2,4-5).

Acontece como quando um jurista tem toda a intenção de analisar uma famosa sentença de condenação emitida no passado e que, de repente, observando melhor, ele percebe que a sentença também se aplica a ele e ainda está em pleno vigor: subitamente muda o humor e o coração deixa de ter a certeza de si mesmo. Aqui a palavra de Deus está engajada em um verdadeiro *tour de force*; ela deve inverter a situação de quem a está tratando. Não há escapatória aqui: devemos “desmoronar” e dizer como David: “Eu pequei! (2 Sam 12,13), ou ocorre um endurecimento adicional do coração e a impenitência é fortalecida. Da escuta desta palavra de Paulo sai-se convertido ou endurecido.

Mas qual é a acusação específica que o Apóstolo faz contra os “piedosos”? Que – diz ele – façam “as mesmas coisas” que julgam nos outros. Em que sentido “as mesmas coisas”? No sentido de *materialmente* as mesmas coisas? Isto também (cf. Rm 2,21-24); mas sobretudo as mesmas coisas, em termos de substância, que é a impiedade e a idolatria. O Apóstolo sublinha-o melhor no decurso do resto da sua Carta, quando denuncia a pretensão de se salvar pelas próprias obras e de se tornar assim os credores e de Deus o devedor. Se tu, chega a dizer, observares a lei e fizeres todo tipo de obras boas, mas para afirmar a tua justiça, te colocas no lugar de Deus. Paulo só repete com outras palavras o que Jesus, no Evangelho, tentou dizer com a parábola do fariseu e do publicano no templo e de inúmeras outras maneiras.

Aplicamos tudo isso para nós cristãos, dado que, como dissemos, o adversário de Paulo não é tanto os hebreus como povo, mas o homem religioso no geral e no caso específico os assim chamados “judeus-cristãos”. Há uma idolatria oculta que mina o homem religioso. Se a idolatria é “adorar a obra das próprias mãos” (cf. Is 2, 8; Os 14, 4), se idolatria é “colocar a criatura no lugar do Criador”, eu sou idólatra quando coloco a criatura – a *minha* criatura, a obra das *minhas* mãos – no lugar do Criador. A minha

criatura pode ser a casa ou a igreja que construo, a família que crio, o filho que dei à luz (quantas mães, até mesmo cristãs, sem perceber, fazem do seu filho, especialmente se filho único, o seu deus!); pode ser o instituto religioso que eu fundei, o cargo que eu ocupo, o trabalho que eu faço, a escola que eu dirijo, para mim que vos falo, o livro que escrevi precisamente sobre a Carta aos Romanos.

No fundo de toda idolatria está a autolatria, o culto a si próprio, o amor próprio, o colocar-se no centro e no primeiro lugar no universo, sacrificando a ele todo o resto. Basta que aprendamos a nos escutar enquanto falamos para descobrir como se chama o nosso ídolo, porque, como diz Jesus, “a boca fala do que o coração está cheio” (Mt 12, 34). Nos daremos conta de quantas das nossas frases começam com a palavra “eu”.

O resultado é sempre a impiedade, o não glorificar a Deus, mas sempre e só a si mesmo, o fazer servir também o bem, também o serviço que prestamos a Deus – até Deus! – ao seu próprio sucesso e afirmação pessoal. Muitas árvores altas têm o talo, uma raiz central que desce perpendicularmente debaixo do caule e torna a planta firme e inabalável. Até que não se coloque o machado naquela raiz, pode-se cortar todas as raízes laterais, mas a árvore não cai. Aquele lugar é muito estreito, não há lugar para dois: ou há o meu eu, ou há Cristo.

Talvez, voltando a mim próprio, estou pronto, neste momento, para reconhecer a verdade, ou seja, que até agora tenho vivido “para mim mesmo”, que eu também estou envolvido no mistério da impiedade. O Espírito Santo “convenceu-me do pecado”. Começa para mim o milagre sempre novo da conversão. Se o pecado, como nos explicou Agostinho, consistiu num voltar-se a si mesmo, a conversão mais radical consiste em “endireitar-nos” e voltar-nos a Deus. Não podemos fazê-lo no decurso de um sermão ou de uma Quaresma; mas podemos, pelo menos, tomar a decisão séria de o fazer, e isso já é, de alguma forma, para Deus, como se o tivéssemos feito.

Se eu me coloco do lado de Deus, contra o meu “eu”, serei seu aliado; serão dois, então, combatendo contra o mesmo inimigo e a vitória está assegurada. O nosso eu, como um peixe arrancado de sua água, ainda pode mover-se e debater-se por um pouco, mas está destinado a morrer. Mas não é uma morte, mas um nascimento. “Quem quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; mas quem perder a sua vida por minha causa, encontrá-la-á” (Mt 16, 25). Na medida em que

o homem velho morre, “o novo homem nasce em nós, criado segundo Deus em justiça e verdadeira santidade” (Ef 4:24). O homem ou a mulher que todos nós secretamente queremos ser. Que Deus nos ajude a realizar sempre de novo o verdadeiro empreendimento da vida que é a nossa conversão.

---

Tradução Thácio Siqueira

## QUARTA PREGAÇÃO

“ADORARÁS O SENHOR TEU DEUS”

Este ano celebramos o oitavo centenário do encontro de Francisco de Assis com o Sultão do Egipto al-Kamil, em 1219. Recordo-o aqui por um detalhe que diz respeito ao tema das nossas meditações sobre o Deus vivo.

Depois de retornar da sua viagem ao Oriente em 1219, Francisco de Assis escreveu uma carta dirigida “Aos Regentes dos povos”. Nela dizia, entre outras coisas:

Sois obrigados a dar ao Senhor tanta honra entre o povo que vos foi confiado, que todas as tardes se anuncie, através de um pregoeiro ou qualquer outro sinal, a obrigação de se dar o louvor e a gratidão ao onipotente Senhor Deus de todo o povo. E, se não fizerdes isto, sabeis que tereis de prestar contas a Deus perante vosso Senhor Jesus Cristo no dia do juízo.

Acredita-se amplamente que o santo tenha inspirado esta exortação no que tinha observado na sua viagem ao Oriente, onde ouviu o apelo vespertino à oração feita pelos muezins de cima dos minaretes. Um belo exemplo não só de diálogo entre as diferentes religiões, mas também de enriquecimento mútuo. Uma missionária que trabalha há muitos anos num país africano escreveu estas palavras: “Nós somos chamados a responder a uma necessidade fundamental dos homens, à necessidade profunda de Deus, à sede de Absoluto, a ensinar o caminho de Deus, a ensinar a rezar. É por isso que os muçulmanos fazem, nestas regiões, muitos prosélitos: ensinam imediatamente e de modo simples, a adorar a Deus”.

Nós, cristãos, temos uma imagem diferente de Deus – um Deus que é amor infinito antes mesmo que poder infinito -, mas isto não deve fazer-nos esquecer o dever primário da adoração. À provocação da mulher samaritana: “Os nossos pais adoraram neste monte; mas vós dizeis que é em Jerusalém que devemos adorar”, Jesus responde com palavras que são a *magna carta* da adoração cristã:

“Mulher, acredita-me, vem a hora em que não adorareis o Pai, nem neste monte nem em Jerusalém. Vós adorais o que não

conheceis, nós adoramos o que conhecemos, porque a salvação vem dos judeus. Mas vem a hora, e já chegou, em que os verdadeiros adoradores não de adorar o Pai em espírito e verdade, e são esses adoradores que o Pai deseja. Deus é espírito, e os seus adoradores devem adorá-lo em espírito e verdade”. (Jo 4,21-24).

Foi o Novo Testamento que elevou a palavra adoração a esta dignidade que não tinha antes. No Antigo Testamento, além de Deus, o culto é também dirigido em alguns casos a um anjo (cf. Nm 22,31) ou ao rei (1 Sam 24,9); pelo contrário, no Novo Testamento toda vez que se tenta adorar alguém que não seja Deus e a pessoa de Cristo, mesmo que seja um anjo, a reação imediata é: “Não faça isso! É Deus que deve ser adorado”. É quase como se alguém estivesse correndo, caso contrário, um perigo mortal. É o que Jesus, no deserto, recorda peremptoriamente ao tentador que lhe pediu que o adorasse: “Está escrito: O Senhor, teu Deus adorarás, só a ele darás culto” (Mt 4, 10).

A Igreja retomou este ensinamento, fazendo da adoração o ato por excelência do culto de *Latria*, distinto da chamada *dulia* reservada aos Santos e da chamada *hiperdulia* reservada à Virgem. A adoração é, pois, o único ato religioso que não pode ser oferecido a mais ninguém, em todo o universo, nem sequer a Nossa Senhora, mas apenas a Deus. Aqui está a sua dignidade e força única.

A adoração (*proskunesis*) no início indicava o gesto material de prostrar-se ao chão diante de alguém, como sinal de reverência e submissão. Neste sentido plástico a palavra ainda é usada nos Evangelhos e no Apocalipse. Neles a pessoa diante da qual se prostrar, na terra é Jesus Cristo e na liturgia celestial o Cordeiro imolado ou o Onipotente. Só no diálogo com a samaritana e em 1 Cor 14,25 é que aparece agora dissolvida do seu significado exterior e indica uma disposição interior da alma para com Deus. Este se tornará cada vez mais o sentido ordinário do termo e, neste sentido, no credo, dizemos do Espírito Santo que “adorado e glorificado” com o Pai e o Filho.

Para indicar a atitude externa correspondente à adoração, prefere-se o gesto de dobrar os joelhos, a genuflexão. Este último gesto também é reservado exclusivamente para a divindade. Podemos estar de joelhos diante da imagem de Nossa Senhora, mas não fazemos genuflexão diante dela, como fazemos diante do Santíssimo Sacramento ou do Crucifixo.

## O que significa adorar

Mas, mais do que o significado e o desenvolvimento do termo, estamos interessados em saber em que consiste e como podemos praticar a adoração. A adoração pode ser preparada por uma longa reflexão, mas termina com uma intuição e, como qualquer intuição, ela não dura muito tempo. É como um clarão de luz na noite. Mas de uma luz especial: não tanto a luz da verdade, mas a luz da realidade. É a percepção da grandeza, da majestade, da beleza e, ao mesmo tempo, da bondade de Deus e da sua presença que tira o fôlego. É uma espécie de naufrágio no oceano sem costas e sem fundo da majestade de Deus. Adorar, segundo a expressão de Santa Ângela de Foligno mencionada no início, significa “recolher-se em unidade e mergulhar no abismo infinito de Deus”.

Uma expressão de adoração, mais eficaz que qualquer palavra, é o silêncio. Na verdade, ele diz por si mesmo que a realidade está muito além de qualquer palavra. Na Bíblia, a insinuação ressoa alto: “Toda a terra está em silêncio diante dele! (Hab 2,20) e: “Silêncio na presença do Senhor Deus!” (Sof 1, 7). Quando “os sentidos estão envoltos em silêncio sem limites e as memórias envelhecem com a ajuda do silêncio”, disse um Padre do deserto, então tudo o que resta é adorar.

Foi um gesto de adoração o de Jó, quando, tendo vindo ver face a face o Onipotente no final da sua história, exclama: ” ““Leviano como sou, que posso responder-te? Ponho a minha mão sobre a boca.” (Jó 40,4). Neste sentido, o versículo de um salmo, mais tarde retomado pela liturgia, no texto hebraico, dizia: “Por ti o silêncio é louvor”, *Tibi silentium laus!* (cf. Sl 65,2, texto Massorético). Adorar – segundo a estupenda expressão de São Gregório de Nazianzeno – significa elevar a Deus um “hino de silêncio”. À medida que o ar se torna mais rarefeito ao se subir uma alta montanha, da mesma forma ao se aproximar de Deus a palavra deve tornar-se mais curta, até que se torne, no final, completamente silenciosa e se una em silêncio com aquele que é o inefável.

Se precisamente se busca “parar” a mente e impedi-la de vaguear sobre outros objetos, convém fazê-lo com a palavra mais curta que existe: Amém, Sim. Adorar, de fato, é consentir. É deixar Deus ser Deus. É dizer sim a Deus como Deus e a si mesmo como criaturas de Deus. Neste sentido, Jesus é definido no Apocalipse como o Amém, o Sim que se fez pessoa (cf. Ap 3,14), ou seja, repetir

incessantemente com os Serafins: “*Qadosh, qadosh, qadosh*: Santo! Santo! Santo!

A adoração requer, portanto, que nos curvemos e fiquemos em silêncio. Mas será que tal ato é digno do homem? Não o humilha, derogando a sua dignidade? Na verdade, isso é realmente digno de Deus? Que Deus é esse que precisa que as suas criaturas se inclinem à terra diante dele e se calem? É, Deus, como um daqueles soberanos orientais que inventaram a adoração para si próprios? É inútil negá-lo, a adoração implica para as criaturas também um aspecto de humilhação radical, de se tornarem pequenas, de se entregarem e de se submeterem. A adoração envolve sempre um aspecto de sacrifício, uma imolação de algo. Precisamente assim ela atesta que Deus é Deus e que nada nem ninguém tem direito de existir diante dele, senão na sua graça. Com a adoração se imola e se sacrifica o próprio eu, a própria glória, a própria autossuficiência. Mas esta é uma glória falsa e inconsistente, e é uma libertação para o homem se livrar dela.

Adorando, a pessoa “liberta a verdade que era prisioneira da injustiça”. A pessoa torna-se “autêntica” no sentido mais profundo da palavra. Na adoração já se antecipa o retorno de todas as coisas a Deus. Há um abandono ao significado e ao fluxo do ser. Assim como a água encontra a sua paz ao fluir em direção ao mar e o pássaro sua alegria ao seguir o curso do vento, assim também o adorador ao adorar. Adorar a Deus não é, portanto, tanto um dever, uma obrigação, mas um privilégio, uma necessidade. O homem precisa de algo majestoso para amar e adorar! Foi feito para isto.

Portanto, não é Deus que precisa ser adorado, mas o homem que precisa adorar. Um prefácio da Missa diz: “Tu não precisas do nosso louvor, mas por um dom do teu amor nos chamas a dar-te graças; os nossos hinos de bênção não aumentam a tua grandeza, mas obtêm para nós a graça que nos salva, por Cristo nosso Senhor”. F. Nietzsche estava completamente fora do caminho quando definiu o Deus da Bíblia como “aquele oriental ganancioso por honras em seu assento celestial”.

A adoração deve, no entanto, ser livre. O que torna a adoração digna de Deus e ao mesmo tempo digna do homem é a liberdade, entendida não só negativamente como ausência de coação, mas também positivamente como um alegre impulso, dom espontâneo da criatura que assim exprime a sua alegria de não ser ele próprio Deus, para poder ter um Deus acima de si para adorar, admirar, celebrar.

## A adoração Eucarística

A Igreja Católica conhece uma forma particular de adoração que é a adoração eucarística. Cada grande corrente espiritual dentro do cristianismo teve o seu próprio carisma particular, que constitui a sua particular contribuição para a riqueza de toda a Igreja. Para os protestantes, este é o culto da palavra de Deus; para os ortodoxos, o culto dos ícones; para a Igreja Católica, é o culto eucarístico. Através de cada um destes três caminhos, realiza-se o mesmo objetivo fundamental, que é a contemplação de Cristo e do seu mistério.

O culto e a adoração da Eucaristia fora da Missa é um fruto relativamente recente da piedade cristã. Começou a desenvolver-se no Ocidente no século XI como reação à heresia de Berengário de Tours, que negava a presença “real” e admitia apenas uma presença simbólica de Jesus na Eucaristia. Desde essa data, porém, não houve, pode-se dizer, um santo sequer, em cuja vida não se percebe uma influência decisiva da piedade eucarística. Ela tem sido uma fonte de imensa energia espiritual, uma espécie de lareira sempre acesa no meio da casa de Deus, à qual todos os grandes filhos da Igreja se aqueceram. Gerações e gerações de fiéis católicos sentiram o tremor da presença de Deus cantando o hino *Adoro te devote*, diante do Santíssimo exposto.

O que direi sobre a adoração e a contemplação eucarística aplica-se quase inteiramente também à contemplação do ícone de Cristo. A diferença é que no primeiro caso tem-se uma presença real de Cristo, no segundo apenas uma presença intencional. Ambos se baseiam na certeza de que o Cristo ressuscitado está vivo e se faz presente nos sinais sacramentais e na fé.

Estando calmos e silenciosos, e possivelmente por muito tempo, diante de Jesus no Santíssimo Sacramento, ou diante de um dos seus ícones, percebem-se os seus desejos a nosso respeito, os próprios projetos caem para dar lugar aos de Cristo, a luz de Deus penetra, aos poucos, no coração e o cura. Acontece algo que recorda o que acontece nas árvores na primavera, e que é o processo de fotossíntese. Emergem dos ramos as folhas verdes; estas absorvem da atmosfera certos elementos que, sob a ação da luz solar, são “fixados” e transformados em alimento para a planta. Sem estas folhas verdes, a planta não poderia crescer e dar frutos e não ajudaria a regenerar o oxigênio que nós próprios respiramos.

Nós devemos ser como aquelas folhas verdes! São um símbolo das almas eucarísticas e das almas contemplativas. Contemplando o “sol de justiça” que é Cristo, elas “fixam” o alimento que é o Espírito Santo, em benefício de toda a grande árvore que é a Igreja. Em outras palavras, isto é o que diz também o apóstolo Paulo quando escreve: “Todos nós, com o rosto descoberto, refletindo a glória do Senhor como em um espelho, somos transformados naquela mesma imagem, de glória em glória, segundo a ação do Espírito do Senhor” (2 Cor 3, 18).

Um dos nossos poetas, Giuseppe Ungaretti, contemplando o nascer do sol uma manhã junto ao mar, escreveu um poema de apenas dois versículos muito curtos, três palavras ao todo: “*Mi illumino d’imense*” (Me ilumino imensamente). São palavras que poderiam dizer aqueles que estão em adoração diante do Santíssimo Sacramento. Só Deus conhece quantas graças escondidas caíram sobre a Igreja graças a estas almas adoradoras.

A adoração eucarística é também uma das formas mais eficazes de evangelização. Muitas paróquias e comunidades que a colocaram no seu horário diário ou semanal fazem uma experiência direta dela. A visão de pessoas que à tarde ou à noite estão em adoração silenciosa diante do Santíssimo Sacramento, numa Igreja iluminada, levou muitos transeuntes a entrar e depois de parar por um momento a exclamar: “Aqui está Deus! Assim como está escrito que acontecia nas primeiras assembleias dos cristãos (cf. 1 Cor 14, 25).

A contemplação cristã nunca é de sentido único. Não consiste em olhar, como dizem, para o umbigo, em busca do próprio eu mais profundo. Consiste sempre em dois olhares cruzados. Aquele camponês da paróquia de Ars, que passava horas e horas imóvel na igreja, com os olhos voltados para o tabernáculo e que, quando perguntado pelo Santo Cura o que fazia o dia todo, respondeu: “Nada, eu olho para ele e ele olha para mim!”

Se às vezes baixamos o olhar e o perdemos, no entanto, o de Deus nunca falha. Às vezes a contemplação eucarística reduz-se à simples companhia de Jesus, a estar sob o seu olhar, a dar-lhe a alegria de contemplar também a nós, que, por mais criaturas e pecadores que sejamos, somos, no entanto, fruto da sua paixão, aqueles por quem ele deu a sua vida. É uma resposta ao convite de Jesus aos discípulos do Getsêmani: “Fiquem aqui e vigiem comigo” (Mt 26, 38).

Portanto, a contemplação eucarística não é impedida, em si mesma, pela aridez que por vezes se pode experimentar, seja por causa da nossa dissipação, seja também por permissão de Deus para a nossa purificação. Basta dar-lhe um sentido, renunciando também à nossa satisfação que deriva do fervor, para fazê-lo feliz e dizer, como dizia Charles de Foucauld: “A tua felicidade, Jesus, me basta!”; isto é: basta-me que sejas feliz. Jesus tem a eternidade à sua disposição para nos fazer felizes; nós só temos apenas este breve espaço de tempo para o fazer feliz: como podemos resignar-nos a perder esta oportunidade que nunca mais voltará?

Contemplando Jesus no sacramento do altar, damo-nos conta da profecia feita no momento da morte de Jesus na cruz: “Olharão para Aquele que trespassaram” (Jo 19, 37). De fato, tal contemplação é em si mesma uma profecia, porque antecipa o que faremos para sempre na Jerusalém celestial. É a atividade mais escatológica e profética que se pode realizar na Igreja. No fim, o Cordeiro não será mais imolado, nem a sua carne será comida. Isto é, a consagração e a comunhão cessarão; mas a contemplação do Cordeiro imolado por nós não cessará. Isto é o que os santos fazem no céu (cf. Ap 5,1 ss.). Quando estamos diante do tabernáculo, já formamos um único coro com a Igreja lá em cima: eles diante de nós, por assim dizer, atrás do altar; eles na visão, nós na fé.

Em 1967 começou a Renovação Carismática Católica que em cinquenta anos tocou e renovou milhões de crentes e despertou inúmeras novas realidades, tanto pessoais como comunitárias.

Nunca é demais insistir que não se trata de um movimento eclesial, no sentido comum do termo; é uma corrente de graça destinada a toda a Igreja, uma “injeção do Espírito Santo” que ela precisa desesperadamente. É como um choque elétrico destinado a se descarregar sobre a massa que é a Igreja e, uma vez que isso tenha acontecido, desaparecer. Menciono esta realidade aqui porque começou com uma extraordinária experiência de adoração do Deus vivo que foi o tema desta nossa meditação.

O grupo de estudantes da Universidade Duquesne de Pittsburgh, que participou do primeiro retiro, encontrou-se uma noite na capela em frente ao Santíssimo Sacramento, quando, de repente, aconteceu algo inusitado, que um deles descreveu mais tarde assim:

“O temor do Senhor começou a fluir entre nós; uma espécie de terror sagrado impedia-nos de levantar os olhos. Ele estava lá pessoalmente presente e nós tínhamos medo de não conseguirmos ficar de pé diante do seu excessivo amor. O adoramos, descobrindo pela primeira vez o que significa adorar. Tivemos uma experiência ardente da terrível realidade e presença do Senhor. Desde então, compreendemos com uma nova e direta clareza as imagens de Jahweh que, no Monte Sinai, troveja e explode com o fogo do seu próprio ser; compreendemos a experiência de Isaías e a afirmação de que o nosso Deus é um fogo devorador. Este sagrado temor era, de alguma forma, a mesma coisa que amor, ou assim era sentido por nós. Era algo extremamente amável e belo, embora nenhum de nós visse qualquer imagem sensível. Era como se a realidade pessoal de Deus, gloriosa e deslumbrante, tivesse entrado na sala enchendo-a e a nós juntos.”

Simultânea presença de majestade e de bondade em Deus, de temor e amor na criatura; o “mistério tremendo e fascinante”, como o definem os estudiosos das religiões. A pessoa que descreveu nesses termos a experiência daquele momento não sabia que estava fazendo uma síntese perfeita dos traços que caracterizam o Deus vivo da Bíblia, e isso torna seu testemunho ainda mais convincente. Quando, no encontro no Estádio Olímpico de 2015, o Papa Francisco instou a Renovação Carismática a adorar, pensei imediatamente na sua origem.

Terminamos com um verso do Salmo 95 com o qual a Liturgia das Horas, no Invitatório, nos convida a começar um novo dia:

“Vinde, inclinemo-nos em adoração,

De joelhos diante do Senhor que nos criou.

Ele é nosso Deus; nós somos o povo de que ele é o pastor,

As ovelhas que as suas mãos conduzem”

---

*Tradução Thácio Siqueira*

## QUINTA PREGAÇÃO

“DEUS ESCOLHEU AQUELE QUE É TOLO PARA O MUNDO  
PARA CONFUNDIR OS SÁBIOS.”

### **João e Paulo: dois olhares diferentes para o mistério**

No Novo Testamento e na história da teologia há coisas que não podem ser compreendidas sem levar em conta um fato fundamental: a existência de duas abordagens diferentes, ainda que complementares, ao mistério de Cristo: a de Paulo e a de João.

João vê o mistério de Cristo a partir da Encarnação. Jesus, o Verbo feito carne, é para ele o supremo revelador do Deus vivo, aquele fora do qual ninguém “vai ao Pai”. A salvação consiste em reconhecer que Jesus “veio na carne” (2 Jo 7) e em crer que ele “é o Filho de Deus” (1 Jo 5,5); “Quem tem o Filho tem a vida; quem não tem o Filho não tem a vida” (1 Jo 5,12). No centro de tudo, como podemos ver, está a “pessoa” de Jesus homem-Deus.

A peculiaridade desta visão joanina é evidente se a compararmos com a de Paulo. Para Paulo, o centro das atenções não é tanto a *pessoa* de Cristo, entendida como realidade ontológica, mas a *obra* de Cristo, isto é, seu mistério pascal de morte e ressurreição. A salvação não consiste tanto em crer que Jesus é o Filho de Deus que veio na carne, mas em crer em Jesus “que morreu pelos nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação” (cf. Rm 4, 25). O acontecimento central não é a encarnação, mas o mistério Pascal.

Seria um erro fatal ver nisto uma dicotomia na própria origem do cristianismo. Quem lê o Novo Testamento sem preconceitos compreende que em João a Encarnação está em vista do mistério pascal, quando Jesus finalmente derramará o seu Espírito sobre a humanidade (Jo 7, 39), e compreende que para Paulo o mistério pascal pressupõe e se baseia na Encarnação. Aquele que se fez obediente até a morte e morte de cruz é aquele que “estava na forma de Deus”, igual a Deus (cf. Fl 2, 5 ss.). As fórmulas trinitárias nas quais Jesus Cristo é mencionado juntamente com o Pai e o Espírito

Santo são uma confirmação de que, para Paulo, a obra de Cristo toma sentido da sua pessoa.

A diferente acentuação dos dois pólos do mistério reflete o caminho histórico que a fé em Cristo fez depois da Páscoa. João reflete o estágio mais avançado da fé em Cristo, aquele que ocorre no final, não no início da redação dos escritos do Novo Testamento. Ele está no final de um processo de ascensão às fontes do mistério de Cristo. Isto pode ser visto observando onde os quatro evangelhos começam. Marcos começa seu evangelho a partir do batismo de Jesus no Jordão; Mateus e Lucas, que vieram depois, dão um passo atrás e começam a história de Jesus desde seu nascimento por Maria; João, que escreve por último, dá um salto decisivo para trás e coloca o início da história de Cristo não mais no tempo, mas na eternidade: “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus” (Jo 1,1).

A razão para esta mudança de interesse é bem conhecida. A fé, por sua vez, entrou em contato com a cultura grega que está mais interessada na dimensão ontológica do que na histórica. O que conta para ela não é tanto o *desenvolvimento* dos fatos, mas o seu *fundamento* (o *archè*). A este fator ambiental foram acrescentados os primeiros sinais da heresia do docetista que questionava a realidade da encarnação. O dogma cristológico das duas naturezas e da unidade da pessoa de Cristo será quase inteiramente baseado na perspectiva joanina do Logos feito carne.

É importante levar isso em conta para entender a diferença e a complementaridade entre teologia oriental e teologia ocidental. As duas perspectivas, a paulina e a joanina, embora fundindo-se juntas (como vemos no Credo Niceno-Constantinopolitano), mantêm a sua acentuação diferente, como dois rios que, fluindo um no outro, retêm por muito tempo a cor diferente das suas águas. A teologia e a espiritualidade ortodoxa está baseada principalmente em João; a ocidental (a protestante mais do que a católica) se fundamenta principalmente em Paulo. Dentro da mesma tradição grega, a escola de Alexandria é mais joanina, a da Antioquia mais paulina. Uma faz consistir a salvação na divinização, a outra na imitação de Cristo.

### **A cruz, sabedoria de Deus e poder de Deus**

Agora eu gostaria de mostrar o que tudo isso significa para a nossa busca pelo rosto do Deus vivo. No final das meditações do Advento, falei do Cristo de João que, no momento em que se faz

carne, introduz a vida eterna no mundo. No final destas meditações quaresmais, gostaria de falar sobre o Cristo de Paulo que muda o destino da humanidade na cruz. Escutemos imediatamente o texto onde a perspectiva paulina sobre a qual queremos refletir aparece mais clara:

“Uma vez que na sabedoria de Deus o mundo não o reconheceu pela sabedoria, Deus quis servir-se da loucura da pregação para salvar os que creem. Enquanto os judeus pedem sinais, e os gregos procuram sabedoria, nós pregamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os gregos, mas poder e sabedoria de Deus para os chamados, quer judeus, quer gregos. Porque o que se julga loucura de Deus é mais sábio do que os homens; e o que se julga fraqueza de Deus é mais forte do que os homens.” (I Cor 1,21-25).

O Apóstolo fala de uma novidade na ação de Deus, quase uma mudança de ritmo e de método. O mundo não foi capaz de reconhecer Deus no esplendor e na sabedoria da criação; então ele decide revelar-se de maneira oposta, através da impotência e da loucura da cruz. Não é possível ler esta afirmação de Paulo sem recordar a palavra de Jesus: “Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos” (Mt 11, 25).

Como interpretar esta inversão de valores? Lutero falava de uma revelação de Deus “sub contraria specie”, isto é, através do oposto do que se esperaria dele. Ele é poder e revela-se na impotência, é sabedoria e revela-se na loucura, é glória e revela-se na ignomínia, é riqueza e revela-se na pobreza.

A teologia dialética da primeira metade do século passado trouxe esta visão às suas consequências extremas. Segundo Karl Barth, não há continuidade entre o primeiro e o segundo modo de manifestação de Deus, mas sim uma ruptura. Não é apenas uma sucessão temporal, como entre Antigo e Novo Testamento, mas de uma oposição ontológica. Em outras palavras, a graça não constrói sobre a natureza, mas contra ela; toca o mundo “como a tangente o círculo”, isto é, toca nela, mas sem penetrá-la como o fermento faz com a massa. É a única diferença que, segundo o próprio Barth, o impedia de se chamar católico; todas as outras lhe pareciam, em comparação, de pouca importância. À *analogia entis*, ele opôs a *analogia fidei*, isto é, à colaboração entre natureza e graça, a oposição entre a palavra de Deus e tudo o que pertence ao mundo.

Bento XVI, na sua encíclica “Deus caritas est”, mostra as consequências que esta diferente visão tem em relação ao amor. Karl Barth tinha escrito: “Onde entra em cena o amor cristão, tem início imediatamente o conflito com o outro amor [o amor humano] esse conflito não termina mais”. Bento XVI escreve o contrário:

“Éros e ágape – amor ascendente e amor descendente – nunca se deixam separar completamente uns dos outros [...]. A fé bíblica não constrói um mundo paralelo nem um mundo oposto àquele fenômeno humano originário que é o amor, mas acolhe todo o homem, intervindo na sua busca do amor para purificá-la, ao mesmo tempo que lhe abre novas dimensões”.

A oposição radical entre natureza e graça, entre criação e redenção, foi atenuada nos escritos posteriores do próprio Barth e agora não encontra quase nenhum apoiador. Podemos, portanto, aproximar-nos com mais serenidade da página do Apóstolo para compreender em que consiste realmente a novidade da cruz de Cristo.

Na cruz, Deus se manifestou, sim, “sob o seu contrário”, mas sob o contrário do que os homens sempre pensaram de Deus, não do que Deus é realmente. Deus é amor e na cruz registrou-se a manifestação suprema do amor de Deus pelos homens. Em um certo sentido, só agora, na cruz, Deus se revela “na própria espécie”, no que lhe é próprio. O texto de Primeiro Coríntios sobre o significado da cruz de Cristo deve ser lido à luz de um outro texto de Paulo na Carta aos Romanos:

“Com efeito, quando ainda éramos fracos, Cristo morreu no momento oportuno pelos ímpios. Dificilmente alguém aceitaria morrer por um justo; por um homem de bem talvez haja quem se anime a morrer. Mas Deus prova o seu amor para conosco pelo fato de Cristo ter morrido por nós, quando éramos ainda pecadores.” (Rm 5, 6-8).

O teólogo bizantino medieval Nicolau Cabásilas (1322-1392) nos dá a melhor chave para entender qual é a novidade da cruz de Cristo. Escreve:

“Duas características revelam o amante e o fazem triunfar: a primeira consiste em fazer o bem ao amado em tudo o que é possível, a segunda em escolher sofrer por ele e sofrer coisas terríveis se necessário. Esta última prova de amor muito superior à

primeira não podia, no entanto, concordar com Deus que é impassível a todo o mal [...]. Portanto, para nos dar a experiência do seu grande amor e para mostrar que nos ama com um amor ilimitado, Deus inventa a sua aniquilação, realiza-a e fá-lo de modo a tornar-se capaz de sofrer e de sofrer coisas terríveis. Assim, com tudo o que Ele suporta, Deus convence os homens do seu extraordinário amor por eles e fá-los voltar para Si”.

Na criação Deus nos encheu de dons, na redenção Ele sofreu por nós. A relação entre os dois é a de um amor de beneficência que se faz amor de sofrimento.

Mas o que aconteceu de tão importante na cruz de Cristo que se tornou a culminação da revelação do Deus vivo da Bíblia? A criatura humana procura instintivamente Deus na linha do poder. O título que segue o nome de Deus é quase sempre “onipotente”. E eis que, abrindo o Evangelho, somos convidados a contemplar a absoluta impotência de Deus na cruz. O Evangelho revela que a verdadeira onipotência é a total impotência do Calvário. É preciso pouco poder para se exibir, é preciso muito poder para se afastar, para se apagar. O Deus cristão é este poder ilimitado de esconder a si mesmo!

A explicação última reside, portanto, na ligação inseparável que existe entre amor e humildade. “Ele se humilhou tornando-se obediente até a morte” (Fl 2,8). Ele se humilhou tornando-se dependente do objeto do seu amor. O amor é humilde porque, pela sua natureza, cria dependência. Vemo-lo, no pequeno, do que acontece quando duas pessoas humanas se apaixonam. O jovem que, de acordo com o ritual tradicional, se ajoelha diante de uma menina para pedir sua mão faz o ato mais radical de humildade da sua vida, torna-se um mendigo. É como se dissesse: “Eu não me basto, preciso de ti para viver”. A diferença essencial é que a dependência de Deus das suas criaturas nasce unicamente do amor que tem por elas, o amor das criaturas entre si da necessidade que têm umas pelas outras.

“A revelação de Deus como amor, escreveu Henri de Lubac, obriga o mundo a rever todas as suas ideias sobre Deus”. A teologia e a exegese ainda estão longe de ter tirado todas as consequências disso, creio eu. Uma dessas consequências é esta. Se Jesus sofre atrozmente na cruz, não o faz principalmente para pagar a dívida infinita no lugar dos homens. (Na parábola dos dois servos, em Lucas 7,41 ss, ele explicou antecipadamente que a dívida de dez mil

talentos é perdoada gratuitamente pelo rei!). Não, Jesus morre crucificado para que o amor de Deus pudesse alcançar o homem no ponto mais remoto para o qual ele se tinha lançado, rebelando-se contra ele, ou seja, a morte. Também a morte é agora habitada pelo amor de Deus. No seu livro sobre Jesus de Nazaré, Bento XVI, escreveu:

“A injustiça, o mal como realidade não pode ser simplesmente ignorado, deixado para lá. Tem de ser eliminado, vencido. Esta é verdadeira misericórdia. E que agora, dado que os homens não o podem fazer, o próprio Deus o faz – esta é a bondade incondicional de Deus”.

O motivo tradicional da expiação dos pecados conserva, como podemos ver, toda a sua validade, mas não é a razão última. O motivo último é “a bondade incondicional de Deus”, o seu amor.

Podemos identificar três etapas no caminho da fé pascal da Igreja. No início há apenas dois fatos: “morreu, ressuscitou”. “Tu o crucificaste, Deus o ressuscitou”, clama Pedro às multidões no dia de Pentecostes (cf. At 2, 23-24). Numa segunda fase, faz-se a pergunta: “Por que morreu e por que ressuscitou?” e a resposta é o kerigma: “Morreu pelos nossos pecados; ressuscitou pela nossa justificação” (cf. Rm 4, 25). Mais uma pergunta permanecia: “E por que morreu pelos nossos pecados? O que o levou a fazê-lo?” A resposta (unânime, neste ponto, de Paulo e de João) é: “Porque nos amou”. “Me amou e se entregou por mim”, escreve Paulo (Gl 2, 20); “Tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim”, escreve João (Jo 13, 1).

## **A nossa resposta**

Qual será a nossa resposta diante do mistério que contemplamos e que a liturgia nos fará reviver na semana santa? A primeira e fundamental resposta é a da fé. Não uma fé qualquer, mas a fé pela qual tomamos posse do que Cristo conquistou para nós. A fé que “arrebata” o Reino dos Céus (Mt 11, 12). O Apóstolo conclui o texto do qual partimos com estas palavras:

“Cristo Jesus [...] para nós tornou-se sabedoria pela obra de Deus, justiça, santificação e redenção, para que, como está escrito, os que se gloriam se gloriem no Senhor” (1 Cor 1,30-31).

Aquilo que Cristo se tornou “para nós” – justiça, santidade e redenção – nos pertence; é mais nosso do que se o tivéssemos feito nós mesmos! Não me canso de repetir, a este respeito, o que São Bernardo escreveu:

“Em verdade, tomo com confiança para mim (*usurpo!*) o que me falta das entranhas do Senhor, porque transbordam de misericórdia [...] O meu mérito, portanto, é a misericórdia do Senhor. Certamente não estarei desprovido de mérito até que o Senhor não estiver desprovido de misericórdia. Se as misericórdias do Senhor são muitas, também eu sou muito grande quanto aos méritos [...] Será que vou cantar também a minha justiça? “Senhor, só me lembrarei da tua justiça” (cf. Sl 71, 16). Em verdade, é também minha, porque fizeste para mim a justiça que vem de Deus (cf. 1 Cor 1, 30)”.

Não deixemos passar a Páscoa sem ter feito, ou renovado, o golpe audacioso da vida cristã que São Bernardo nos sugeriu. São Paulo exorta frequentemente os cristãos a “se despojar do homem velho” e “revestirem-se de Cristo”. A imagem de despir e vestir não indica uma operação puramente ascética, que consiste em abandonar certas “roupas” e substituí-las por outras, isto é, abandonar vícios e adquirir virtudes. É acima de tudo uma operação a ser feita através da fé. A pessoa se coloca diante do crucifixo e, com um ato de fé, entrega-lhe todos os seus pecados, a própria miséria passada e presente, como aquele que se despoja e joga seus trapos sujos no fogo. Depois, reveste-se da justiça que Cristo adquiriu para nós; diz, como o publicano no templo: “Ó Deus, tem misericórdia de mim, pecador!, e volta para casa como ele “justificado” (cf. Lc 18, 13-14). Isto seria realmente um “fazer a Páscoa”, realizar a santa “passagem”!

Claro que isto não é tudo. Da *apropriação*, temos de passar à *imitação*. Cristo – dizia o filósofo Kierkegaard aos seus amigos luteranos – não é apenas “o dom de Deus a ser aceito pela fé”; é também “o modelo a ser imitado na vida”. Gostaria de sublinhar um ponto concreto sobre o qual tentar imitar a ação de Deus: o que Cabasilas destacou com a distinção entre o amor de beneficência e o amor de sofrimento.

Na criação, Deus demonstrou o seu amor por nós, enchendo-nos de dons: a natureza com a sua magnificência fora de nós, a inteligência, a memória, a liberdade e todos os outros dons dentro de nós. Mas não lhe bastou. Em Cristo quis sofrer conosco e por nós.

Isto também acontece nas relações das criaturas entre si. Quando um amor floresce, a pessoa sente imediatamente a necessidade de manifestá-lo dando presentes à pessoa amada. É o que os namorados fazem entre si. E sabemos como será o processo: uma vez casados, emergem os limites, as dificuldades, as diferenças de caráter. Já não basta dar presentes; para continuar e manter vivo o próprio matrimônio, é preciso aprender a “carregar os fardos uns dos outros” (cf. Gl 6, 2), a sofrer uns pelos outros e uns pelos outros. É assim que o *eros*, sem falhar em si mesmo, torna-se também *ágape*, amor de doação e não só de busca. Bento XVI, na encíclica citada, exprime-se assim:

Mesmo que inicialmente o *eros* seja sobretudo anseio, ascensão – fascínio pela grande promessa de felicidade – à medida que nos aproximamos do outro, faremos cada vez menos perguntas sobre nós mesmos, buscaremos cada vez mais a felicidade do outro, nos preocuparemos cada vez mais com ele, nos daremos e desejaremos “estar lá para” o outro. Assim, o momento do *ágape* é inserido nele; caso contrário, o *eros* se decompõe e também perde a sua própria natureza. Por outro lado, o homem não pode sequer viver exclusivamente no amor oblato, descendente. Não pode sempre apenas dar, também deve receber. Quem quiser dar amor, deve recebê-lo como um dom.

A imitação da ação de Deus não diz respeito apenas ao matrimônio e aos casados; num sentido diferente, diz respeito a todos nós, os consagrados, antes de todos os outros. O progresso, no nosso caso, consiste em passar de fazer tantas coisas por Cristo e pela Igreja para sofrer por Cristo e pela Igreja. O que acontece no casamento acontece na vida religiosa, e não surpreende que aconteça, pois é também um casamento, um casamento com Cristo.

Uma vez a Madre Teresa de Calcutá falava a um grupo de mulheres e as exortava a sorrir para seus maridos. Uma delas opôs-se a ela: “Madre, você fala assim porque não é casada e não conhece o meu marido”. Ela respondeu: “Você está errada. Também sou casada e garanto-vos que, às vezes, também não é fácil para mim sorrir para o meu Esposo”. Depois da sua morte se descobriu ao que a santa aludia com aquelas palavras. Seguindo o seu apelo para servir os mais pobres dos pobres, ela se comprometeu a trabalhar com entusiasmo pelo seu Esposo divino, realizando obras que surpreenderam o mundo inteiro.

Rapidamente, porém, a alegria e o entusiasmo se perderam, ela mergulhou em uma noite escura que a acompanhou pelo resto da vida. Chegou a duvidar se ainda tinha a fé, tanto assim que, quando, depois da sua morte, foram publicados os seus diários íntimos, alguém, completamente ignorante das coisas do espírito, chegou a falar de um “ateísmo de Madre Teresa”. A extraordinária santidade de Madre Teresa reside no fato de que ela viveu tudo isso em absoluto silêncio com todos, escondendo a sua desolação interior sob um sorriso constante no rosto. Nela vemos o que significa passar do fazer as coisas por Deus, ao sofrer por Deus e pela Igreja.

É um horizonte muito difícil, mas felizmente Jesus na cruz não só nos deu o exemplo deste novo tipo de amor, como também nos mereceu a graça de o fazer nosso, de o apropriar através da fé e dos sacramentos. Por isso, durante a Semana Santa, salte do nosso coração também o grito da Igreja: “*Adoramus te, Christe, et benedicimus tibi, quia per sanctam crucem tuam redemisti mundum*“. Nós Vos adoramos e Vos bendizemos, Senhor Jesus, porque pela Vossa santa cruz remistes o mundo.

Santo Padre, Veneráveis Padres, irmãos e irmãs: Boa e Santa Páscoa!

---

*Tradução Thácio Siqueira*

## **PREGAÇÃO DE SEXTA-FEIRA SANTA**

**“DESPREZADO E REJEITADO PELOS HOMENS”**

“Era desprezado, era o refugo da humanidade,  
homem das dores e habituado à enfermidade;  
era como pessoa de quem se desvia o rosto,  
tão desprezível que não fizemos caso dele”.

Estas são as palavras proféticas de Isaías, com as quais começa a liturgia da palavra de hoje. A história da paixão que se seguiu deu um nome e um rosto a este misterioso homem das dores, desprezado e rejeitado pelos homens: o nome e o rosto de Jesus de Nazaré. Hoje queremos contemplar o Crucificado sob este mesmo aspecto: como protótipo e representante de todos os rejeitados, deserdados e os “descartados” da terra, aqueles diante dos quais se vira o rosto para outro lugar para não os ver.

Jesus não começou a sê-lo só agora, na paixão. Durante toda a sua vida ele tem sido um deles. Nasceu em um estábulo porque “não havia lugar para eles na hospedaria” (Lc 2,7). Ao apresentá-lo ao templo, os pais ofereceram “duas rolas ou dois pombinhos”, a oferta prescrita pela lei para os pobres que não podiam dar-se ao luxo de oferecer um cordeiro (cf. Lv 12, 8). Um verdadeiro certificado de pobreza no Israel da época. Durante a sua vida pública, não tinha lugar para descansar a cabeça (Mt 8, 20): é um sem-teto.

E chegamos à paixão. No relato, há um momento em que não nos detemos com frequência, mas que é cheio de significado: Jesus no pretório de Pilatos (cf. Mc 15, 16-20). Os soldados notaram um arbusto de silvas na praça adjacente; pegaram um feixe e o colocaram em sua cabeça; sobre seus ombros, ainda sangrando da flagelação, colocaram um manto de escárnio sobre ele; suas mãos estão atadas com uma corda áspera; em uma mão colocaram uma cana, símbolo irrisório de sua realeza. É o protótipo das pessoas algemadas, sozinhas, à mercê de soldados e bandidos que descarregam sobre os pobres infelizes a raiva e a crueldade que acumularam na vida. Torturado!

“Eis o homem!”, Eis o homem!, exclama Pilatos, ao apresentá-lo pouco depois ao povo (Jo 19,5). Palavra que, depois de Cristo, se pode dizer das intermináveis fileiras de homens e mulheres humilhados, reduzidos a objetos, privados de toda dignidade humana. “Se isto é um homem”: o escritor Primo Levi intitulou assim o relato da sua vida no campo de extermínio de Auschwitz. Na cruz, Jesus de Nazaré torna-se o emblema de toda esta humanidade “humilhada e ofendida”. Deveria se exclamar: “Rejeitados, desprezados, párias de toda a terra: o maior homem de toda a história foi um de vocês! Independente do povo, raça ou religião a que pertençais, tendes o direito de reivindicá-lo como seu.

\* \* \*

Um escritor e teólogo afro-americano que Martin Luther King considerava seu mestre e inspirador da luta não-violenta pelos direitos civis escreveu um livro intitulado “Jesus and the Disinherited”, Jesus e os Deserdados. Neste, ele mostra o que a figura de Jesus havia representado para os escravos do Sul, dos quais ele próprio era um descendente direto. Na privação de todo direito e na mais total abjeção, as palavras do Evangelho que o ministro do culto negro repetia, na única reunião que lhes era permitida, devolvia aos escravos o sentido da sua dignidade de filhos de Deus.

Neste clima, nasceu a maioria dos cantos negro-espirituais que ainda hoje comovem o mundo. No momento do leilão público, estes tinham experimentado o tormento de ver as suas esposas muitas vezes separadas dos seus maridos e os pais dos filhos, vendidos a diferentes proprietários. É fácil ver com que espírito eles cantavam sob o sol ou em suas cabanas: “*Nobody knows the trouble I have seen. Nobody knows, but Jesus*”: Ninguém sabe a dor que experimentei; ninguém, senão Jesus”.

\* \* \*

Este não é o único significado da paixão e morte de Cristo, nem é o mais importante. O significado mais profundo não é o social, mas o espiritual. Aquela morte redimiu o mundo do pecado, levou o amor de Deus ao ponto mais distante e mais obscuro para o qual a humanidade se havia colocado na sua fuga d’Ele, isto é, na morte. Não é, como eu disse, o significado mais importante da cruz, mas é o que todos, crentes e não crentes, podem reconhecer e aceitar.

Todos, repito, não apenas os crentes. Se, pelo *fato* da sua encarnação, o Filho de Deus se fez homem e se uniu a toda a humanidade, pelo *modo* como se realizou a sua encarnação, ele tornou-se um dos pobres e rejeitados, casou-se com a causa deles. Tomou a seu cargo assegurar-nos, quando afirmou solenemente: “O que fizeste aos famintos, aos nus, aos prisioneiros, aos exilados, a mim o fizeste; o que não fizeste a eles, a mim não me fizeste”. (cf. Mt 25,31-46).

Mas não podemos parar por aí. Se Jesus tivesse apenas isso a dizer aos desprivilegiados do mundo, seria apenas mais um entre eles, um exemplo de dignidade na desgraça e nada mais. De fato, seria mais uma prova a favor de que Deus permite tudo isso. É conhecida a reação indignada de Ivan, o irmão rebelde dos Irmãos Karamazov de Dostoievski, quando o piedoso irmão mais novo Aliocha nomeia Jesus: “Ah, trata-se do ‘Único sem Pecado’ e do Seu sangue, não é? Não, não me tinha esquecido d’Ele: e fiquei admirado, de fato, enquanto se discutia isso, por que demoraste tanto em sair com Ele, dado que comumente, nas discussões, todos os que estão do teu lado o colocam antes de qualquer outra coisa”.

O Evangelho não para por aí; diz também outra coisa, diz que o crucificado ressuscitou! Nele houve uma inversão total das partes: o conquistado tornou-se o vencedor, o julgado tornou-se o juiz, “a pedra descartada pelos construtores tornou-se a pedra angular” (cf. At 4, 11). A última palavra não foi, e nunca será, da injustiça e da opressão. Jesus não só restituiu uma *dignidade* aos desfavorecidos do mundo; deu-lhes uma *esperança*!

Nos primeiros três séculos da Igreja, a celebração da Páscoa não era distribuída como agora em vários dias: Sexta-feira Santa, Sábado Santo e Domingo de Páscoa. Tudo estava concentrado num só dia. Na Vigília Pascal se comemorava tanto a morte quanto a ressurreição. Mais precisamente: não se comemorava nem a morte nem a ressurreição como fatos distintos e separados; se comemorava, pelo contrário, a *passagem* de Cristo de uma para a outra, da morte para a vida. A palavra “pasqua” (*pesach*) significa passagem: passagem do povo judeu da escravidão à liberdade, passagem de Cristo deste mundo para o Pai (cf. Jo 13, 1) e passagem dos que creem n’Ele do pecado para a graça.

É a festa da reviravolta feita por Deus e realizada em Cristo; é o início e a promessa da única reviravolta totalmente justa e irreversível no destino da humanidade. Pobres, excluídos,

pertencentes às diversas formas de escravidão que ainda se verificam na nossa sociedade: a Páscoa é a vossa festa!

\* \* \*

A cruz também contém uma mensagem para aqueles que estão do outro lado: para os poderosos, os fortes, aqueles que se sentem tranquilos no seu papel de “vencedores”. É uma mensagem, como sempre, de amor e de salvação, não de ódio ou de vingança. Lembra-lhes que, no final, eles estão ligados ao mesmo destino que todos; que fracos e poderosos, indefesos e tiranos, todos estão sujeitos à mesma lei e aos mesmos limites humanos. A morte, como a espada de Dâmocles, paira sobre a cabeça de todos, pendurada por uma crina de cavalo. Adverte contra o pior mal para o homem, que é a ilusão da onipotência. Não é necessário recuar muito no tempo, basta repensar a história recente para perceber o quanto este perigo é frequente e leva pessoas e povos à catástrofe.

A Escritura tem palavras de sabedoria eterna dirigidas aos dominadores da cena deste mundo:

“Aprendeis, vós, que governais o universo...

os poderosos serão examinados sem piedade” (Sb 6,1.6)

“O homem que vive na opulência e não reflete

é semelhante ao gado que se abate.” (Sl 48,21)

“Que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se ele se perder ou arruinar a si mesmo?” (Lc 9,25).

A Igreja recebeu o mandato do seu fundador para estar ao lado dos pobres e dos fracos, para ser a voz dos que não têm voz e, graças a Deus, é isso que ela faz, especialmente no seu pastor supremo.

A segunda tarefa histórica que as religiões devem, em conjunto, assumir hoje, para além da de promover a paz, é a de não ficar em silêncio perante o espetáculo que está diante dos olhos de todos. Poucos privilegiados possuem bens que não poderiam consumir, ainda que vivessem por séculos, e massas intermináveis de pobres que não têm um pedaço de pão e um gole de água para dar a seus filhos. Nenhuma religião pode ficar indiferente, porque o Deus de todas as religiões não é indiferente a tudo isso.

\* \* \*

Voltemos à profecia de Isaías, da qual começamos. Começa com a descrição da humilhação do Servo de Deus, mas termina com a descrição da sua exaltação final. É Deus quem fala:

“Depois dos profundos sofrimentos, ele verá a luz [...]

Por isso lhe darei uma parte entre os grandes,

e com os poderosos ele partilhará os despojos;

é que entregou sua vida à morte e se deixou contar entre os rebeldes,

quando na realidade carregava o pecado de muitos

e intercedia em favor dos rebeldes”.

Dentro de dois dias, com o anúncio da Ressurreição de Cristo, a liturgia dará também um nome e um rosto a este homem triunfante. Vigiemos e meditemos esperando.

---

*Tradução Thácio Siqueira*